

Relatório de Desempenho de Metas

Plano de Logística Sustentável 2020

Justiça Federal de Minas Gerais

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS

Diretor do Foro

Juíza Federal VÂNILA CARDOSO ANDRÉ DE MORAES

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal JOSÉ CARLOS MACHADO JÚNIOR

Diretor da Secretaria Administrativa – SECAD/SJMG

ORLANDO AMARAL PINTO

Comissão Gestora do PLS – SJMG

Portaria SJMG-Diref SJMG-SEAGA n. 6359787, de 28 de junho de 2018.

Juíza Federal

Carla Dumont Oliveira de Carvalho - Presidente

Diretora do Núcleo de Bem Estar Social

Cristina Mendes de Aguiar

Diretor do Núcleo de Manutenção, Engenharia e Segurança

Geraldo Caixeta de Oliveira

Supervisora da Seção de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores

Angélica da Costa Pereira

Supervisora da Seção de Comunicação Social

Christianne Callado De Souza

Supervisora da Seção de Compras e Licitação

Cristiane de Figueiredo Gomes

Supervisor da Seção de Infraestrutura e Segurança da Informação

Heli Lopes Rios

Supervisora da Seção de Modernização Administrativa

Jacqueline Braga Pelucci

Supervisora da Seção de Administração de Material

Luciana Kroehling de Moura

Responsável pelo Escritório de Gestão Socioambiental

Cíntia Amaral Lima

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
RESULTADO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL.....	4
PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2019	5
TEMA 1 – PAPEL	13
TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS	17
TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA.....	19
TEMA 4 – IMPRESSÃO	21
IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER).....	21
TEMA 5 – TELEFONIA.....	27
TEMA 6 – ENERGIA ELÉTRICA	29
TEMA 7 – ÁGUA E ESGOTO	33
TEMA 8 – GESTÃO DE RESÍDUOS.....	35
TEMA 9 – REFORMAS	38
TEMA 10 – LIMPEZA	40
TEMA 11 – VIGILÂNCIA.....	43
TEMA 12 – VEÍCULOS	45
TEMA 13 – COMBUSTÍVEL.....	47
TEMA 14 – QUALIDADE DE VIDA.....	49
TEMA 15 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....	56
ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO – IASA	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60

RESULTADO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



Indicadores	Metas	Resultado
Papel	20% de redução de consumo de resmas de papel até 2020 em relação ao ano de 2015	 Meta Alcançada
Copos Descartáveis	80% de redução do consumo de copos até 2020, em relação ao ano de 2015	 Meta Alcançada
Água Envasada	30% de redução com aquisição de água envasada até 2020, em relação a 2016	 Meta Alcançada
Impressões	20% de redução do consumo de cartuchos até 2020, em relação ao ano de 2016	 Meta Alcançada
Telefonia	8% de redução no gasto, em relação ao ano de 2016, até 2020	 Meta Alcançada
Água e Esgoto	15% de redução no consumo, até 2020, em relação ao ano de 2015	 Meta Alcançada
Gestão de Resíduos	Ampliar a reciclagem em 20% até 2020, em relação à média dos 4 últimos meses de 2016	 Meta Não Alcançada
Energia Elétrica	10% de redução no consumo até 2020, em relação ao ano de 2015	 Meta Alcançada
Contratos de Vigilância	Manter os valores atuais do contrato, desconsideradas as repactuações, até 2020	 Meta Alcançada
Contratos de Limpeza	Manter os gastos atuais com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações	 Meta Alcançada
Reformas	Ampliar para 100% a inclusão de critérios de sustentabilidade nas obras e reformas	 Meta Alcançada
Combustível	Reduzir o consumo em litros em 5% até 2020, em relação a 2016	 Meta Alcançada
Veículos	Diminuir em 10% o custo com a manutenção dos veículos, até 2020, em relação ao ano de 2016	 Meta Alcançada
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	Ampliar em 10%, em relação ao ano de 2016, a quantidade de participações, até 2020	 Meta Não Alcançada
Capacitação	Ampliar o número de pessoas capacitadas para 20% até 2020, em relação a 2016	 Meta Não Alcançada

SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO			
MENOR QUE 70%	DE 70% A 84%	DE 85% A 99%	MAIOR IGUAL A 100%
			

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2020

A Justiça Federal de Minas Gerais realizou diversas ações com a temática socioambiental no ano de 2020, reafirmando o compromisso da instituição em aprimorar cada vez mais os princípios e obrigações de responsabilidade social.

Dentre as principais iniciativas podemos citar:

1 - Digitalização do Acervo

A necessidade de digitalização do acervo se tornou imprescindível com o advento da grave crise sanitária causada pela Pandemia do Coronavírus, Covid-19, que alterou significativamente a rotina de trabalho de todos os agentes que atuam na Justiça Federal: magistrados, servidores, colaboradores, estagiários, procuradores, defensores, advogados, peritos e jurisdicionado em geral. O trabalho remoto se tornou uma necessidade e a existência de acervo significativo de processos físicos em tramitação dificultava sobremaneira a adoção do regime diferenciado de trabalho, além de comprometer a integridade física de todos os envolvidos na medida em que é um grande fator de contaminação da COVID-19. A digitalização dos processos teve início em julho de 2020, com a instalação da Central de Digitalização.

Foi adotado um Protocolo de Segurança Sanitária do Serviço de Digitalização, com apoio fundamental do Núcleo de Bem Estar Social da Seccional, NUBES-MG, dentre os quais podemos citar alguns: controle de acesso com medição de temperatura de todos os colaboradores, além da triagem de sintomas gripais, turnos de trabalho diferenciados, com no máximo 20 pessoas em cada turno, privilegiar a ventilação natural no auditório do edifício, utilização da mesma estação de trabalho para cada colaborador, instalação de dispenser de álcool em gel no hall de entrada do auditório, nos corredores de acesso e nas áreas de uso comum (copa e banheiros), dentre outros.

Segue abaixo a matéria publicada na intranet da JFMG:

Projeto inovador digitaliza e migra para o PJe processos físicos da Justiça Federal de Minas Gerais

14/08/20 17:46

Está concluída a digitalização de todos os processos enviados pelas Varas de Juizados e Criminais da capital

Minas Gerais abriga a maior unidade da Justiça Federal da Primeira Região, que é composta por 14 Seções Judiciárias. Tramitavam em junho deste ano 561.358 mil processos físicos nas varas federais da capital e das 26 subseções judiciárias do Estado – um acervo que precisa urgentemente ser transposto para o PJe (Sistema de Processo Judicial Eletrônico), para agilizar a prestação jurisdicional.

Os autos físicos correspondem a cerca de 70% do total de processos em tramitação na Seccional de Minas. A antiga necessidade de digitalização desse acervo se tornou imprescindível diante da grave crise sanitária causada pela Pandemia do Coronavírus, Covid-19.

Uma iniciativa histórica foi implantada pela Diretoria do Foro da Justiça Federal mineira para enfrentar a gestão desse acervo: o "Projeto de digitalização e migração para o PJe dos processos físicos em tramitação nas varas federais da capital". Gerenciado pelo NUCJU (Núcleo Judiciário) e colocado em prática no mês de julho, o projeto tem por objetivo digitalizar grande parte do acervo, facilitando de imediato a manutenção do trabalho remoto e preservando a saúde de todos os envolvidos na tramitação desses processos.



O coordenador do projeto, o Diretor do NUCJU Marcos Ricardo Cordeiro, explica que a melhor opção encontrada foi contratar mão de obra terceirizada que, somada aos auxiliares já existentes na administração, faz a digitalização diariamente, em regime de mutirão, em dois turnos. Há também uma parceria com as varas federais, que ficaram responsáveis pela conferência da digitalização e migração dos processos para o PJe.



Diretor do NUCJU, Marcos Ricardo Cordeiro

Ele informa que foi finalizada em 14 de agosto a etapa de digitalização dos processos das quatro varas criminais da capital (4ª, 9ª, 11ª e 35ª). De acordo com o cronograma previsto, de 17 de agosto até 20 de dezembro de 2020 (prazo final do período da contratação da mão de obra terceirizada), a Central trabalhará com os processos das 16 varas cíveis comuns da capital.

A Diretoria do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais informou que, existindo orçamento para 2021, o projeto se estenderá às subseções judiciárias.

A Central de Digitalização de Processos está instalada no auditório do Edifício Euclides Reis Aguiar (Av. Álvares Cabral, 1.741, no bairro Santo Agostinho) e tem o suporte de outras áreas da administração, como o Núcleo de Tecnologia da Informação e o Núcleo de Bem-Estar Social - que desenvolveu um rígido protocolo sanitário para esse trabalho.



O projeto foi regulamentado pela [Portaria DIRFF nº 10432696](#), iniciou-se em formato de piloto no mês de junho e está funcionando em sua totalidade desde o início de julho.

A situação do acervo físico de processos de execução fiscal – o mais volumoso na Seccional de Minas Gerais, demandou uma abordagem especial. O CLI-MG (Centro Local de Inteligência da Justiça Federal de Minas Gerais), está auxiliando a Diretoria do Foro na digitalização desse enorme acervo. O trabalho está sendo coordenado pela representante da Execução Fiscal no CLI-MG, a juíza federal Cristiane Miranda Botelho, titular da 25ª Vara. [\(Leia o texto "Cooperação em prol de uma justiça célere e segura", da magistrada\)](#)



A participação do CLI-MG, sob a Coordenação do juiz federal Carlos Geraldo Teixeira, foi fundamental também para estabelecer o diálogo com representantes da OAB-MG - e obter assim mais uma frente de auxílio à digitalização de processos. Uma ferramenta de agendamento eletrônico agora está disponível aos advogados, que podem retirar, digitalizar e devolver os autos físicos à Justiça Federal, com toda a segurança.

O juiz federal Marcelo Dolzany, integrante do Centro Local de Inteligência, realizou pesquisa junto aos juízes das varas cíveis quanto aos melhores critérios para a digitalização, com vistas a oportunizar a migração de

processos úteis, ou seja, não próximos ao arquivamento. Essas informações auxiliaram a edição da [Portaria SJMG-DIREF nº 10432696](#).

Na avaliação da Diretora do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes, "*o projeto integral representa a força da cooperação de todos os atores do sistema de justiça*".

Leia mais sobre a Digitalização do Acervo Físico da Justiça Federal de Minas Gerais:

- "Cooperação em prol de uma justiça célere e segura" - Texto da juíza federal Cristiane Miranda Botelho, representante da Execução Fiscal no CLI-MG
- Justiça Federal MG cria ferramenta virtual de agendamento para retirada e devolução de processos

JFMG digitalizou 6.439 volumes de processos em dois meses



O Projeto de digitalização e migração para o PJe dos processos físicos em tramitação nas varas federais da capital está funcionando a todo vapor. A digitalização dos processos teve início em julho deste ano, com a instalação da Central de Digitalização.

Até o dia 31 de agosto foram digitalizados 6.439 volumes de processos, correspondentes a 1.374.034 páginas. O feito é resultado do esforço de 40 colaboradores que trabalham em regime de mutirão, divididos em dois turnos. O grupo é formado por 30 auxiliares administrativos, contratados temporariamente desde o dia 20 de julho, e 10 auxiliares pertencentes aos quadros da Justiça Federal mineira.

Segundo o Diretor do NUCJU (Núcleo Judiciário) e Coordenador do Projeto de Digitalização, Marcos Ricardo Cordeiro, o acervo de processos físicos encaminhado pelas varas dos juizados especiais federais e pelas varas criminais foi totalmente digitalizado.

Os processos estão sendo digitalizados, por grupo de especialidades, de acordo com o cronograma proposto pela Diretoria do Foro, na seguinte ordem: varas de JEF (concluído), varas criminais (concluído), varas cíveis comuns (em andamento) e varas de execução fiscal.

Após serem digitalizados, os processos são compartilhados com as varas de origem para serem conferidos e, em seguida, migrados para o PJe.

O acervo das 16 varas cíveis de Belo Horizonte começou a ser digitalizado no dia 17 de agosto.

"A expectativa é de que o acervo das varas cíveis possa ser finalizado até o final deste semestre ou, se não finalizado, bem adiantado até essa data", avaliou Marcos Cordeiro.

O Diretor do NUCJU ressaltou que diversos órgãos, como AGU, MPF e CEF, e alguns conselhos profissionais têm auxiliado no trabalho de digitalização dos processos, sobretudo dos processos das varas de execução fiscal.

Apoio da OAB/MG permite que advogados colaborem com o Projeto de Digitalização

Advogados poderão, mediante agendamento no portal da JFMG, em sistema desenvolvido pela NUTEC (Núcleo de Tecnologia da Informação), retirar processos a fim de digitalizá-los. *“Os advogados agendam com a vara a retirada de determinado processo para digitalização. Depois, eles devolvem o processo digitalizado com a respectiva mídia. É um trabalho meramente colaborativo com o judiciário. A vara recebe o processo digitalizado e migra para o PJe. Todos ganham com mais agilidade na tramitação”*, esclarece Marcos Cordeiro.



Para saber mais: [Projeto inovador digitaliza e migra para o Pje processos físicos da Justiça Federal de Minas Gerais](#)

2 – Padronização do número de impressoras

Em 2019 a Justiça Federal desenvolveu estudos para determinar o número máximo de equipamentos de impressão por setor, levando em consideração o estoque disponível de toner, o custo e número de impressões por modelo de impressora, assim como a atividade da unidade. As impressoras acima do quantitativo máximo estipulado foram recolhidas para backup ou destinadas ao desfazimento. No primeiro semestre de 2020, demos andamento ao projeto, procedendo ao recolhimento das impressoras nas Subseções Judiciárias. Atualmente temos 741 impressoras nas Subseções Judiciárias.

O gráfico abaixo demonstra o resultado alcançado em Belo Horizonte.

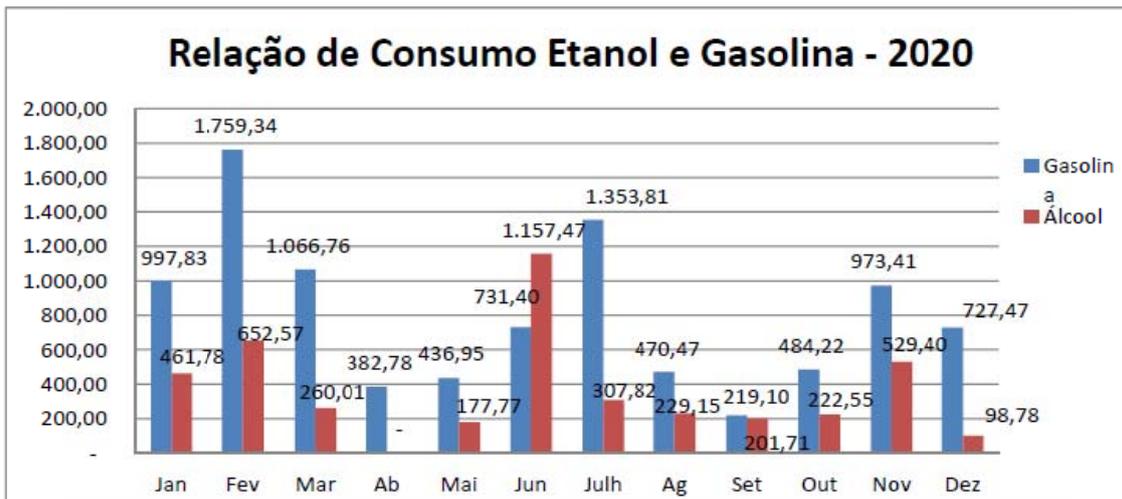


3 – Utilização de etanol em detrimento do uso de gasolina

A partir de 1º de março de 2019, foi determinado pela auditoria que os carros produzidos a partir do ano de 2012 serão abastecidos com etanol, sempre que o preço do litro do etanol custar até 70% do litro da gasolina. O gráfico abaixo demonstra o resultado alcançado, ficando claramente demonstrado que em 2020 foi utilizado prioritariamente a gasolina e não o álcool.

Em 2020 esse assunto foi objeto de análise e debate no último processo de inspeção/auditoria por parte do NUAUD da JFMG, PA SEI 0019842-0.2018.4.01.8008. Possuímos uma frota de veículos com muitos carros já com elevado ano de fabricação, que comprovadamente não conseguem manter bom rendimento no combustível etanol (álcool), devido principalmente a possuírem fatores tecnológicos já ultrapassados. Também apresentamos outros fatores constatados, como maior desgaste de peças proveniente da utilização do combustível etanol.

Sendo assim, ficou definido que veículos com ano de fabricação inferior a 2012 deveriam manter o abastecimento na gasolina e veículos mais novos, com ano de fabricação a partir de 2012, deveriam privilegiar o abastecimento no etanol sempre que a relação gasolina x etanol estivesse dentro do patamar considerado recomendável, ou seja, o litro de etanol custando no máximo 70% do litro de gasolina. Este modelo adotado será objeto de análise futura para verificação de possíveis ajustes e melhorias.



4 – Mídia corporativa eletrônica

Está em andamento um PA SEI n. 0010656-24.2016.4.01.8008, referente ao fornecimento e instalação de mídia corporativa eletrônica para as sedes da JFMG, por meio de tecnologia de Sinalização Digital, em substituição aos murais atualmente existentes. A previsão para entrar em operação é no ano de 2021.

A mídia eletrônica é aquela que se utiliza de meio digital para prestar informações ao público. Essa ferramenta oferece saídas favoráveis em relação a mídia impressa. Dentre as vantagens em relação à mídia

impressa, podemos citar: atratividade (apelo visual), acessibilidade (exposição da informação), frequência na impactação da informação, dinamismo, além da economia de milhares de papéis que seriam impressos em um mural físico.

Uma TV corporativa bem utilizada é sinônimo de comunicação eficiente, com mensagens claras e assertivas, transmitidas de forma atrativa e com garantia de que a informação será lembrada.

O resultado são colaboradores alinhados e engajados com os objetivos estratégicos e a cultura do órgão.

5 – Recolhimento de resíduos recicláveis

Em 14.8.2020 foi assinado o Termo de Compromisso n.0001/20, para execução de coleta seletiva solidária celebrado entre a Justiça Federal de Minas Gerais e a Cooperativa Solidária de Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região Ltda- COOPERSOLI BARREIRO, tendo por objeto a doação do material reciclável recolhido nas dependências da JFMG. O total dos resíduos destinados à Cooperativa em 2020 foi de 21.104,71 kilos, ratificando o compromisso da JFMG na preservação do meio ambiente.

6 – Feira de Produtos Sustentáveis

No ano de 2020 não tivemos a oportunidade de realizar a Feira de Produtos Sustentáveis, bem como a Campanha para recolhimento de resíduos eletrônicos, haja vista a pandemia do Corona vírus e o desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores.

7 – Inscrição para vaga em estágio

Virtualização do procedimento de inscrições, apresentação de recursos e anexação de documentos nos processos seletivos de estagiários, no âmbito da sede da Seção Judiciária de Minas Gerais. As vantagens da adoção de inovações tecnológicas como instrumento de desenvolvimento e adaptação do procedimento presencial inerente à seleção, contratação e gestão dos estagiários aos atuais parâmetros da realidade da sociedade moderna que, certamente, foi acelerada pela situação peculiar de saúde pública gerada pela pandemia de Coronavírus (COVID-19). Tal fato revelou-se em oportunidade de inovação dos processos de trabalho com a intensificação do uso de recursos tecnológicos como instrumento de celeridade e de promoção da qualidade da prestação dos serviços, satisfação dos usuários, redução dos custos operacionais e da responsabilidade ambiental.

As demais ações realizadas pela Seção Judiciária de Minas Gerais, a consolidação dos resultados alcançados e a análise dos indicadores previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça serão descritas nas próximas páginas, demonstrando a evolução do desempenho dos indicadores e oferecendo um panorama do Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal de Minas Gerais.

TEMA 1 – PAPEL

META 1 – 20% de redução de consumo de resmas de papel até 2020 em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

01. Campanhas para uso racional de impressoras, para evitar impressão, e para revisar documentos. (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação realizada.

02. Configuração das impressoras para padrão frente e verso (multiplicadores em cada vara). (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação realizada. Foi enviado e-mail aos multiplicadores de cada vara/seção solicitando apoio para impressão frente e verso na sua unidade.

03. Disponibilizar monitores nos elevadores com informações gerais. (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação em andamento. O projeto inicial de disponibilização de monitores nos elevadores foi alterado para o projeto TV corporativa, que prevê a instalação de monitores em todos os andares, possibilitando informação em tempo real, entre outras funcionalidades. Consiste no fornecimento de mídia corporativa eletrônica por meio de tecnologia de Sinalização Digital para os edifícios da Justiça Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte, com instalação *on-premise*, incluindo a elaboração de projeto executivo, instalação dos materiais e equipamentos e a realização de treinamento.

04. Avaliar a sistemática de distribuição de papel. (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação realizada. A análise da sistemática de distribuição é realizada de forma contínua pelo almoxarifado. Propõe-se a continuação da redução do consumo por meio de campanhas.

05. Campanha para devolução de material não consumido ao almoxarifado para reaproveitamento e destinação social. (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação não realizada. Foi definido que seria enviado um e-mail da comissão aos Diretores informando a possibilidade de envio de material não consumido ao almoxarifado, porém não foi realizado, tendo em vista o advento da Covid-19 e o teletrabalho pelos servidores.

06. Analisar a possibilidade de redução dos itens do acervo do Almojarifado (estoques mínimos). (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação realizada. Homologação pela Diref de uma lista contendo itens do acervo do almojarifado que seriam restringidos ou eliminados. A ação foi considerada concluída e será mantida.

07. Reduzir em 10% o fornecimento de material solicitado considerando a média de consumo de 2015, nas Subseções. (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação realizada. O fornecimento foi reduzido.

08. Informar dados de consumo aos Diretores de secretaria e de Núcleos mensalmente, por e-mail. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. Os dados de consumo foram enviados para a capital (por e-mail) e interior (SEI), definiu-se que a periodicidade mensal é alta e que o envio será semestral ou anual.

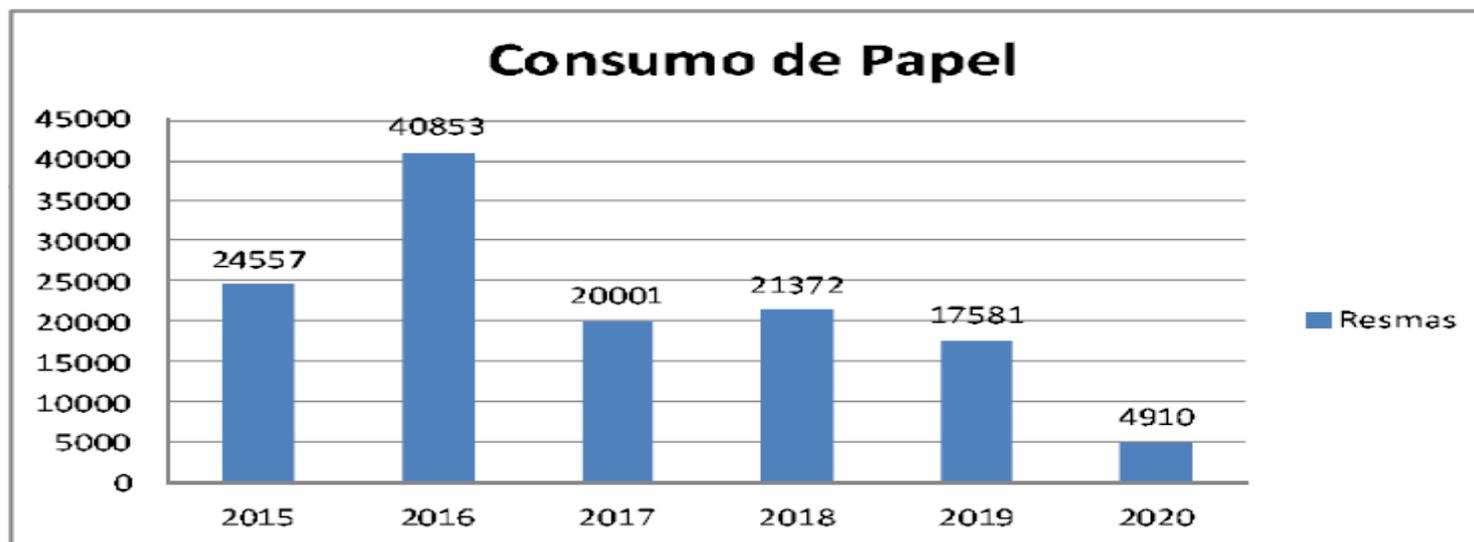
09. Padronização do número de impressoras. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. O número de equipamentos de impressão foi padronizado tanto para as Varas da capital e interior, quanto para os setores administrativos da capital e do interior, assim como para as Turmas Recursais. A Portaria Diref 8951388 dispõe sobre o quantitativo e a utilização de impressoras na Justiça Federal de Minas Gerais.

10. Integração do controle do almojarifado da SJMG com o almojarifado das Subseções (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação não concluída. Piloto implantado nas Subseções de Contagem, Unai, Ituiutaba e Sete Lagoas. O prazo para conclusão foi alterado para o 2º semestre de 2020, podendo ser totalmente revisto, tendo em vista a possibilidade de implantação de almojarifado virtual. Este projeto foi arquivado por dificuldades no sistema, não tendo sido executado.

Gráficos Consumo de papel JFMG 2020:



Análise dos resultados de 2020:

Meta 1 – Alcançada

A meta de 20% de redução de consumo de resmas de papel até 2020, em relação ao ano de 2015, corresponde a redução de 4.911 resmas de papel. No entanto, como esse valor deverá ser alcançado somente em 2020, dividiu-se o total de resmas a serem economizadas por 5 anos, o que nos dá a meta anual de 982 resmas.

Dessa forma, a meta para 2020 seria o consumo do ano de 2015 (24.557) menos o acumulado de 4.911 resmas, o que corresponde a 19.647 resmas. Considerando que em 2020 o consumo foi de 4.910 resmas, a meta foi alcançada, correspondendo a 80% de redução em relação ao ano de 2015.

A expectativa é de que a expansão do sistema PJE para as ações de execução fiscal e para os processos criminais contribua de forma significativa para a manutenção da redução do consumo de papel na Justiça Federal de Minas Gerais. Destacamos ainda, que no ano de 2020 houve a excepcionalidade do período de pandemia, que fez com que grande parte da força de trabalho fosse realizada através do *home office*, além do projeto de digitalização de processos, o que gerou reflexos sem precedentes na diminuição do consumo de papel.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Divulgar as lotações mais sustentáveis. A apresentação periódica dos dados será revista e aperfeiçoada em 2021, aumentando a periodicidade e o número de gestores a quem são entregues.

Estabelecer um índice de consumo, usando como variáveis o número de processos em curso e a competência da vara, pesquisando-se as demandas das mesmas.

Buscar boas práticas de órgãos que apresentaram resultados positivos, principalmente com os que fazem parte da Rede Sustenta Minas.

TEMA 2 – COPOS DESCARTÁVEIS

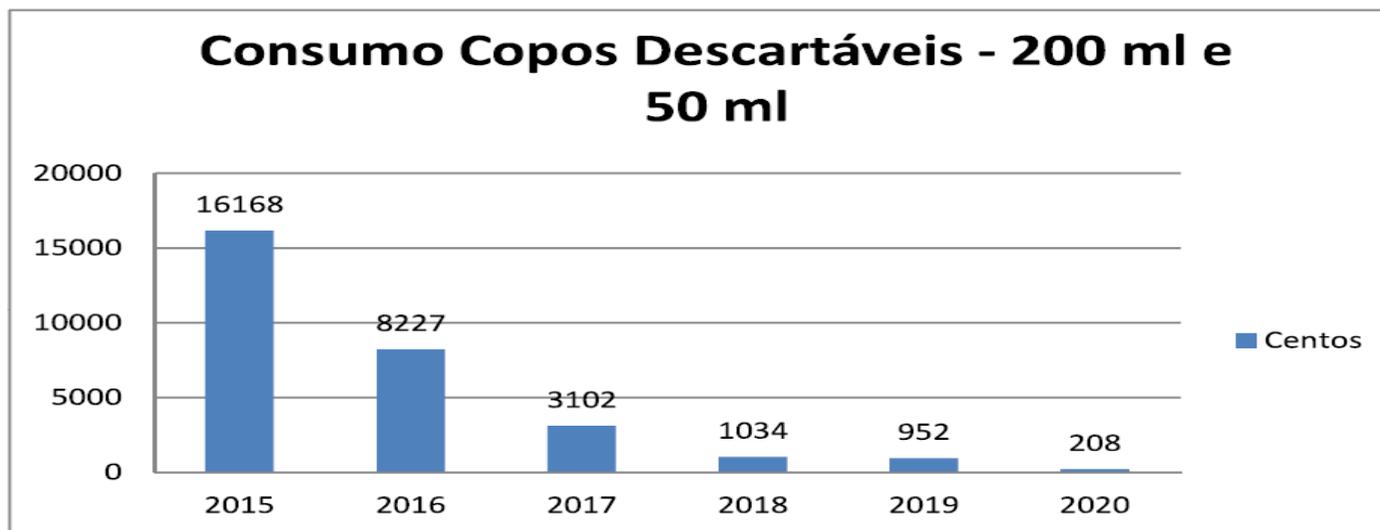
META 2 – 80% de redução do consumo de copos descartáveis de 200ml até 2020, em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

01. Manter a distribuição de copos descartáveis somente para eventos e público externo.

Concluído. Ação realizada. As campanhas foram feitas por meio de e-mail, murais e intranet. Com a não disponibilização de copos descartáveis para o público interno, criou-se uma central de copos reutilizáveis, com recipientes doados pelos próprios servidores. Esses copos ficam disponíveis para todo o quadro funcional na Seção de Modernização Administrativa.

Gráficos Consumo de Copos Descartáveis JFMG 2020:



Análise dos resultados de 2020:

Meta 2 – Alcançada

A meta de 80% de redução de consumo de copos descartáveis até 2020, em relação ao ano de 2015, corresponde a redução de 12.934 centos de copos. A referida meta foi alcançada ainda no ano de 2017, que apresentou uma redução de 80,8% em relação ao ano de 2015.

Em 2020, a meta foi mantida e ampliada, correspondendo a 98,7% de redução em relação ao ano de 2015.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Eliminação do uso de copos plásticos descartáveis na JFMG, verificando-se a possibilidade de aquisição de copos descartáveis de papel ou copos plásticos descartáveis biodegradáveis, que seriam fornecidos somente para público externo e eventos, como é feito atualmente na SJMG. Não foi verificada essa possibilidade ainda, visto termos estoque de copos descartáveis até 2023.

TEMA 3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

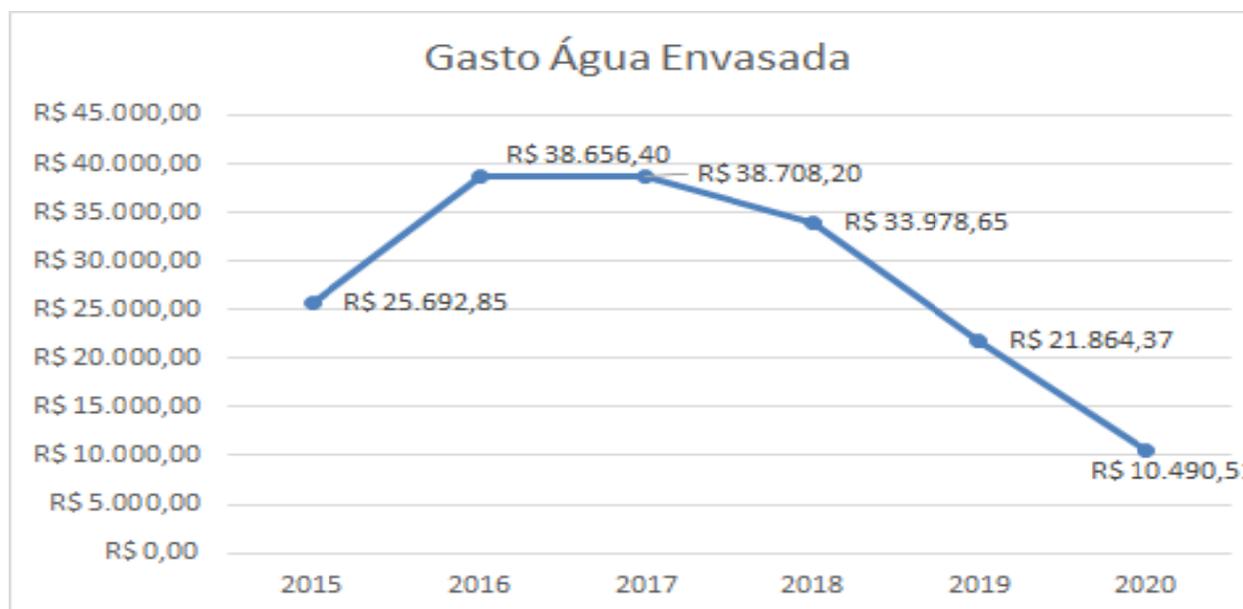
META 3 – 30% de redução do gasto com aquisição de água envasada até 2020, em relação ao ano de 2016

Ações propostas:

01. Avaliar a possibilidade de substituição da água mineral envasada por purificadores de água. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. Foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu. Foram encerrados 5 contratos de aquisição de água envasada: Subseções de Lavras, Patos de Minas, Unaí, Paracatu e Teófilo Otoni. A Subseção de São Sebastião do Paraíso substituiu os galões por purificadores por iniciativa própria.

Gráficos Água em Embalagem Retornável JFMG 2020:



Análise do indicador:

Meta 3 – Alcançada

A meta de 30% de redução (R\$ 11.596,92) do gasto com aquisição de água envasada até 2020, em relação ao ano de 2016 foi alcançada e superada. Em 2020, alcançou-se 72,87% de redução em relação ao gasto com água envasada no ano de 2016.

2016	2020
R\$ 38.656,40	R\$ 10.490,51

Alguns contratos para fornecimento de água mineral em embalagem retornável foram descontinuados recentemente, devido à substituição por purificadores de água. Foram instalados purificadores de água em todas as Subseções em que a qualidade da água permitiu. Foram encerrados 5 contratos de aquisição de água envasada nas Subseções de Lavras, Patos de Minas, Unaí, Paracatu e Teófilo Otoni. A subseção de São Sebastião do Paraíso substituiu os galões por purificadores por iniciativa própria.

Existe gasto atualmente com aquisição de garrações de água de 20 litros nas Subseções de Governador Valadares, Manhuaçu, Montes Claros, Passos, São João Del Rei e Sete Lagoas. Com a advento da pandemia do Covid-19 e o desenvolvimento do teletrabalho por grande parte dos servidores, houve uma diminuição de 52% no valor gasto em relação ao ano de 2019.

Na Justiça Federal de Minas Gerais a água envasada em galões retornáveis só é distribuída para cidades no interior do Estado em que o saneamento básico não ofereça segurança da sua qualidade. Não há aquisição de água mineral em embalagens descartáveis na JFMG (garrafinhas ou copos).

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Dar continuidade a substituição da água envasada por sistema de purificação nas Subseções em que a qualidade da água permitir a troca futuramente.

TEMA 4 – IMPRESSÃO

IMPRESSÕES, EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E SUPRIMENTOS (TONER)

META 4 – 20% de redução do consumo de cartuchos até 2020, em relação ao ano de 2016

Ações propostas:

01. Avaliar a viabilidade técnica da redução do nº de copiadoras instaladas nas unidades. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. As copiadoras foram substituídas por modelos mais modernos e redistribuídas, visando ao uso eficiente e sustentável. Houve redução de 46% do quantitativo de máquinas instaladas, passando de 128 equipamentos para 69.

02. Informar dados de gerenciamento de copiadoras ao corpo funcional. (Prazo: 2º semestre/2020)

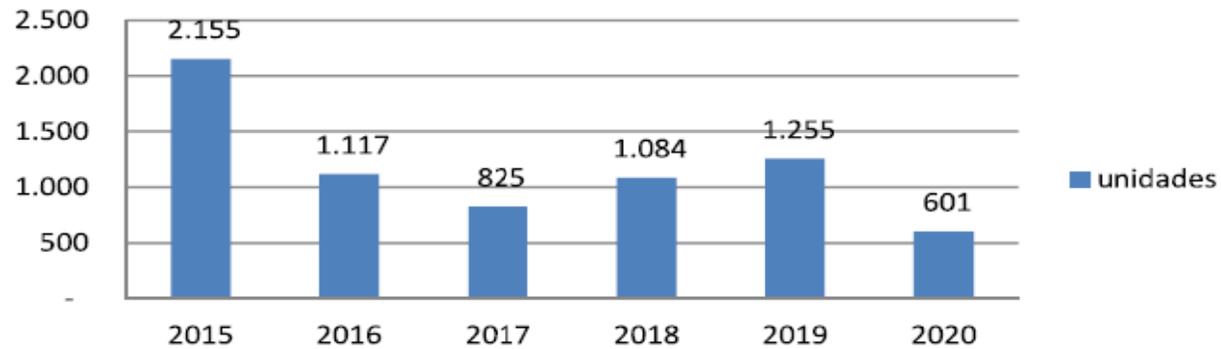
Ação realizada. Foi instalado software para gerenciamento do número de cópias por unidade, com identificação do usuário. Os dados são disponibilizados no link da sustentabilidade na internet.

03. Solicitar ao TRF1ª Região a disponibilização do software *B/* para a gestão de consumo da Seccional de Minas.

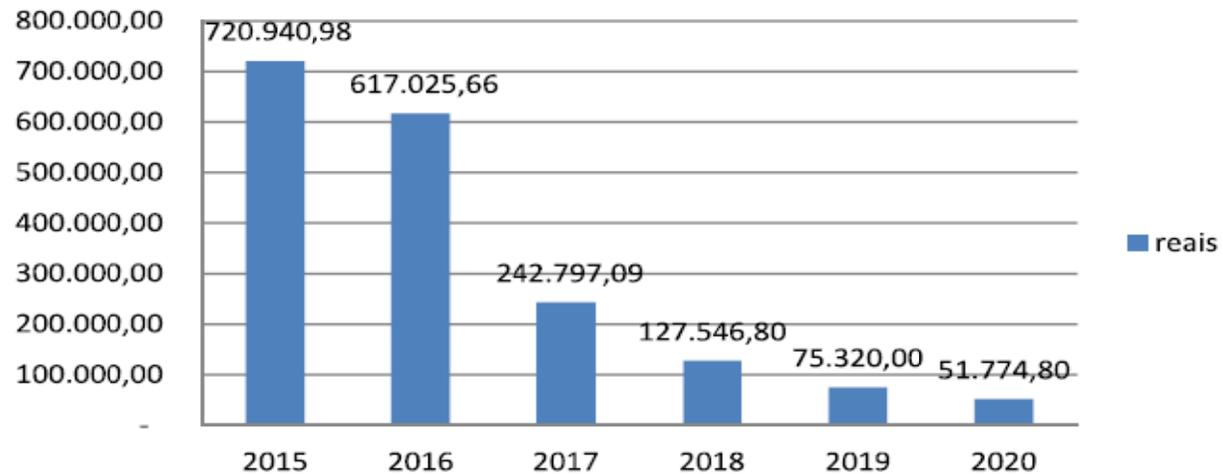
Ação prejudicada. As licenças foram adquiridas somente para o TRF1.

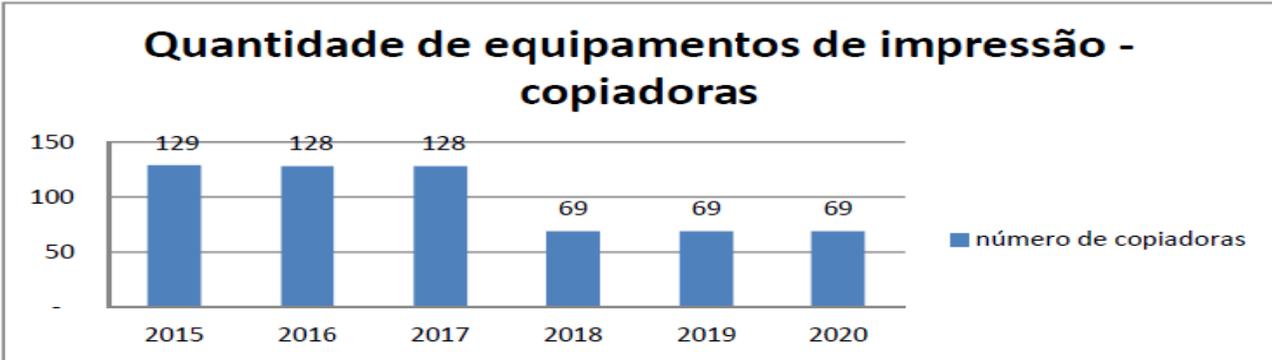
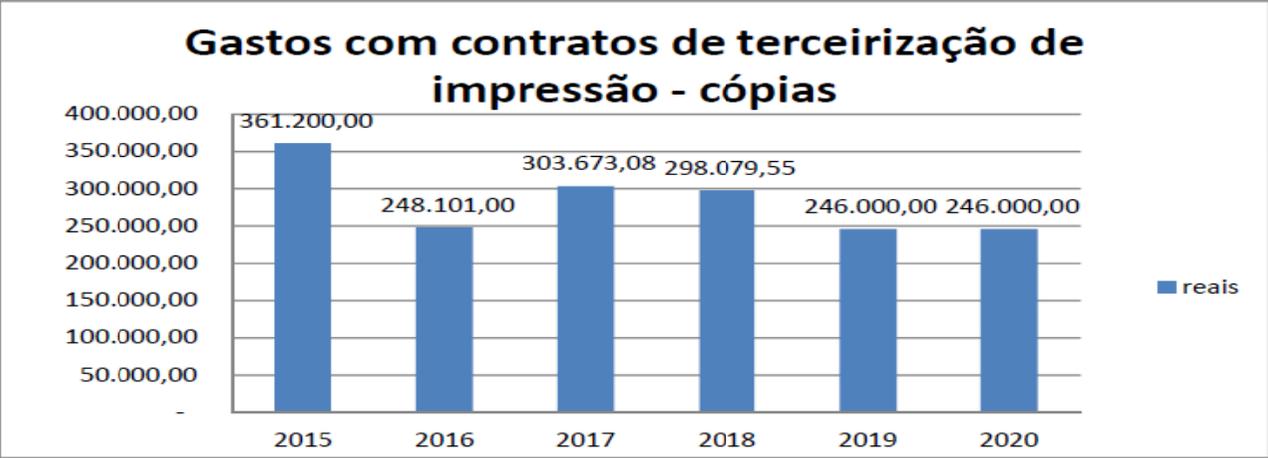
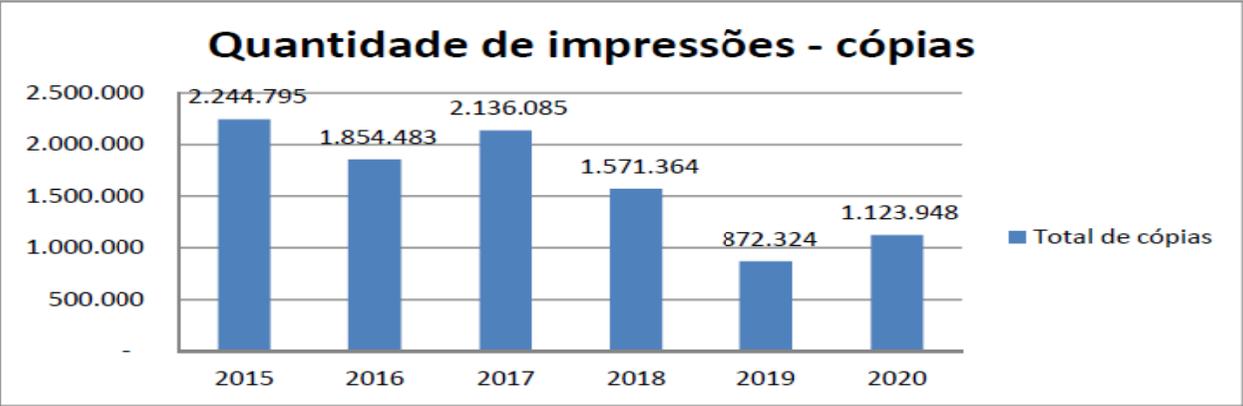
Gráficos: Impressões, Equipamentos de Impressão e Suprimentos (Toner) JFMG 2020

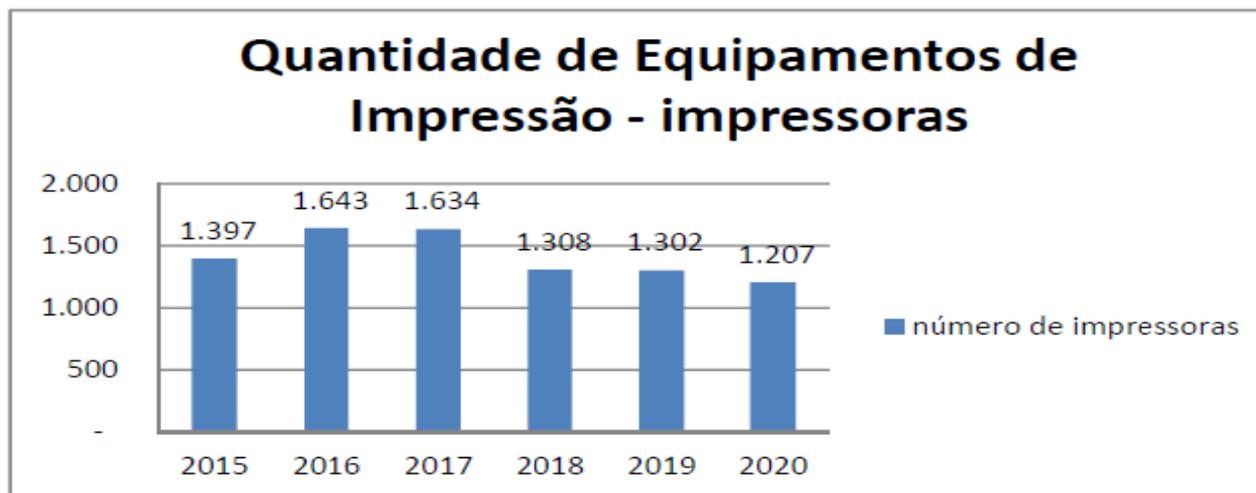
Consumo de suprimentos de impressão



Gasto com suprimentos de impressão







Análise dos resultados de 2020:

Meta 4 – Alcançada

A meta de 20% de redução do consumo de cartuchos até 2020, em relação ao ano de 2016, corresponde a 224 cartuchos.

Dessa forma, a meta para 2020 seria o consumo do ano de 2016 menos o acumulado de 224 unidades, o que corresponde ao consumo de até 893 cartuchos. Considerando que em 2020 o consumo foi de 601, a meta foi alcançada e superada, reduzindo-se 42,2%.

A JFMG adquire toner similar, pois as impressoras não estão mais no prazo de garantia, conforme determinação do TCU que “Admite como legal cláusula editalícia que exija que suprimentos e/ou peças de reposição de equipamentos de informática sejam da mesma marca dos equipamentos originais, quando esses se encontrarem no prazo de garantia e os termos da garantia expressamente consignarem que ela não cobrirá defeitos ocasionados pela utilização de suprimentos e/ou peças de outras marcas”.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Avaliar a viabilidade de aquisição de software para mensurar o quantitativo de impressões ou implantação de outsourcing de impressão.

TEMA 5 – TELEFONIA

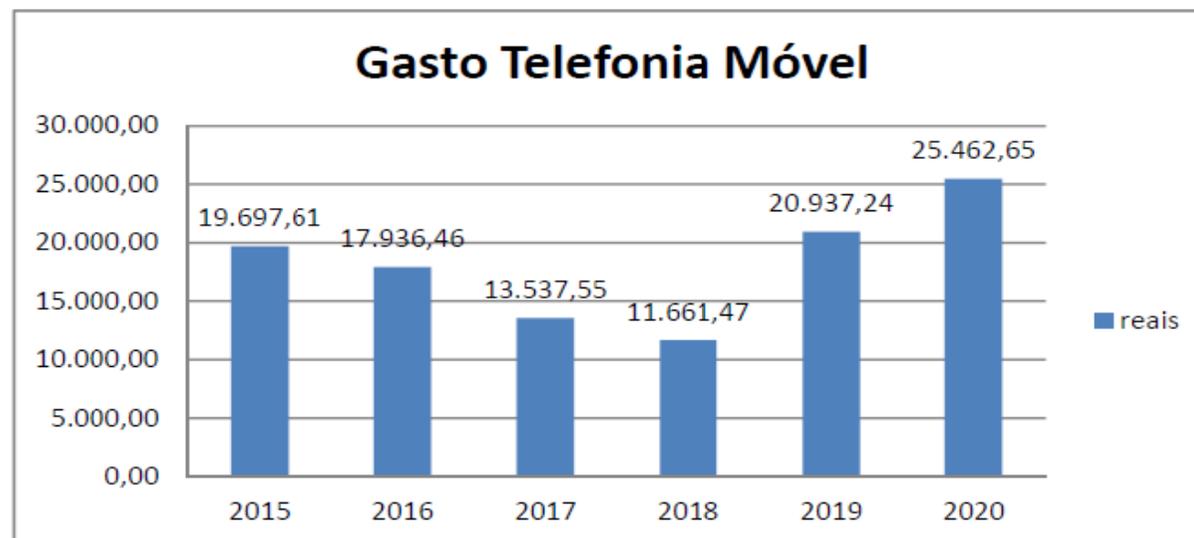
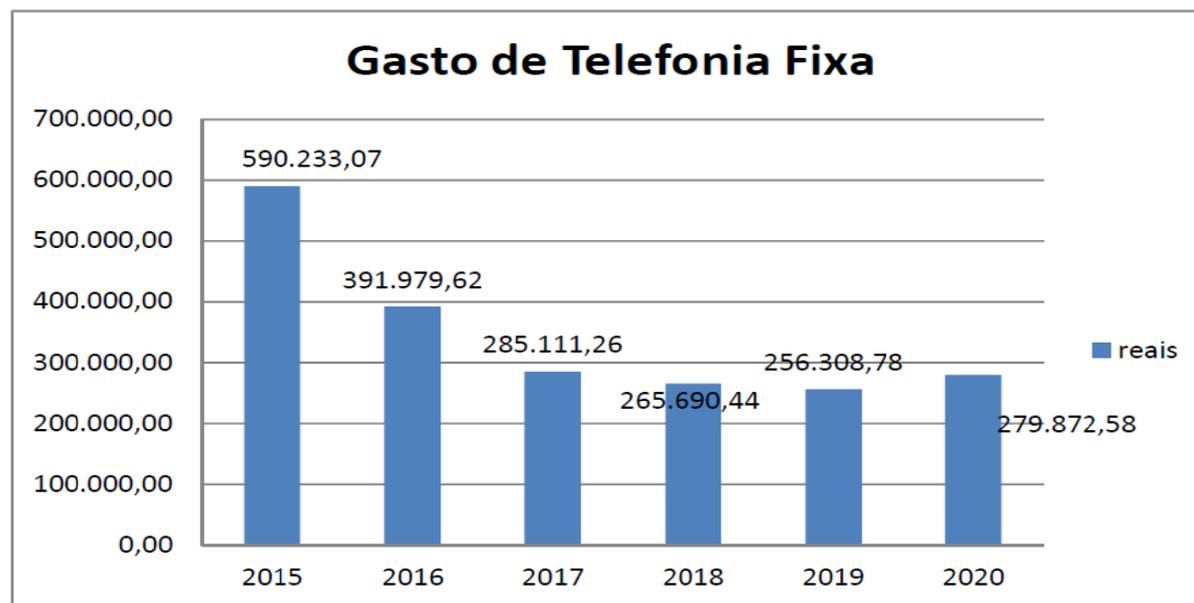
META 5 – 8% de redução no gasto, em relação ao ano de 2016, até 2020

Ações propostas:

01. Migração da tecnologia analógica para Tecnologia VoIP. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação em andamento. Em Belo Horizonte utilizamos 100% da tecnologia VoIP e nas Subseções Judiciárias utilizamos 20% da tecnologia VoIP, devido a problemas de reconfiguração do atual fabricante. O projeto atual é fazer um upgrade nestas centrais para outro fabricante, que fornece um sistema mais efetivo e assertivo, porém, tendo em vista as restrições orçamentárias, está sendo implantado aos poucos. No entanto, ressaltamos que a tecnologia é empregada automaticamente nas ligações interurbanas, dentro da capacidade da rede, independentemente de a ligação ser efetuada pelo aparelho VoIP ou analógico.

Gráficos Telefonia Fixa e Móvel JFMG 2020:



Análise dos resultados de 2020:

Meta 5 – Alcançada

A meta de 8% de redução do gasto com telefonia até 2020, em relação ao ano de 2016 foi alcançada, apresentou uma redução de 25,5% em relação ao ano de 2016.

A economia alcançada se deve ao bloqueio de ramais que realizam ligações interurbanas e para celulares, e ao sistema VoIP, que é empregado automaticamente nas ligações interurbanas.

Houve alteração contratual da telefonia móvel no final de 2019, com modificação da tarifa, o que elevou os gastos com telefonia móvel. Novas linhas também foram habilitadas.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Ampliação da tecnologia VoIP para o interior.

TEMA 6 – ENERGIA ELÉTRICA

META 6 – 10% de redução no consumo até 2020, em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

01. Campanha de conscientização sobre uso racional da energia elétrica. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. Foi realizada campanha em 2019 sobre a economia de energia e água.

02. Prosseguir com a substituição de lâmpadas fluorescentes por iluminação LED. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. As lâmpadas fluorescentes foram substituídas em sua totalidade por lâmpadas de Led nas áreas comuns. Já as lâmpadas fluorescentes das unidades estão sendo trocadas por Led na medida em que queimam.

03. Reduzir quantidade de lâmpadas, mediante a medição da iluminação adequada para cada ambiente. (Prazo: 2º semestre 2020)

Ação não realizada. Será avaliada a viabilidade de implantação em 2021, em razão do impacto na climatização do ambiente.

04. Destinar lâmpadas usadas. (Contínua)

Ação realizada. As lâmpadas são devidamente encaminhadas para descontaminação e destinação final adequada. Em 2019 foi realizada uma ação pela SEMAD que auxiliou e orientou as Subseções do Estado a realizar a descontaminação das lâmpadas, zerando-se o estoque de lâmpadas queimadas no interior.

05. Redução de funcionamento do sistema de climatização. (Prazo: 2020)

Ação realizada. O sistema de climatização da seccional foi reduzido para o horário compreendido entre 11h e 18h.

06. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Prazo: 2020)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da Seção Judiciária de Minas Gerais.

07. Revisar os quadros elétricos do ODC e do ERA, para que a iluminação possa ser individualizada (Prazo: 2020)

Ação parcialmente finalizada, ficando pendente a individualização dos comandos de iluminação do ODC.

08. Revisar a iluminação das áreas comuns do ERA e ODC (Prazo: 2020)

Ação realizada. Iluminação das áreas comuns revisada.

09. Reforma e modernização do sistema de ar condicionado do ed. ERA (Prazo: 2020)

Ação finalizada em dezembro de 2020.

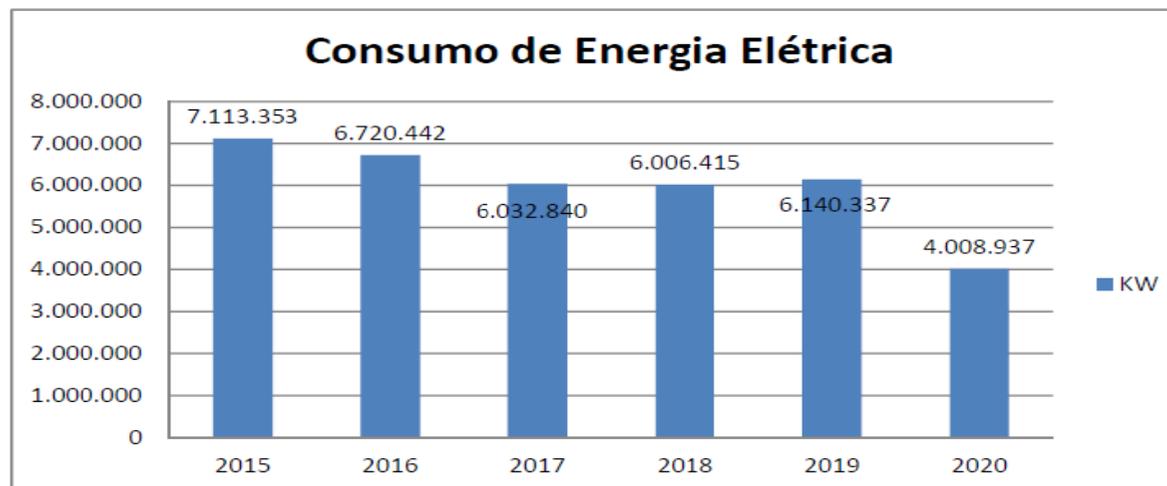
10. Estimular ações de racionalização de energia elétrica nas Subseções. (Prazo: 2020)

Ação realizada. Ofício foi encaminhado pelo SEI às Subseções com dados de consumo, solicitando medidas para redução de gastos.

11. Pesquisar possíveis empresas que realizam o descarte correto das lâmpadas nos municípios sede das Subseções. (Prazo: 2020)

Ação concluída. As lâmpadas queimadas que estavam estocadas nas Subseções foram descartadas em 2019.

Gráficos Energia elétrica JFMG 2020



Análise dos resultados de 2020:

Meta 6 – Alcançada

A meta de 10% de redução do consumo de energia até 2020, em relação ao ano de 2015 (7.113.353KWh), corresponde ao consumo de 7.113.353 – 711.335 = 6.402.018 kWh. A referida meta foi alcançada, apresentou uma redução de 43,65% em relação ao ano de 2015.

Em 2018, a meta foi mantida e ampliada, correspondendo a 15,5% de redução em relação ao ano de 2015.

Em 2019 (6.140.337 kWh) houve um aumento do consumo em relação ao ano de 2018 (6.006.415 kWh) de 2%, no entanto, o alcance da meta ainda foi mantido.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Aquisição de energia por meio de fazendas solares.

TEMA 7 – ÁGUA E ESGOTO

META 7 – 15% de redução no consumo, até 2020, em relação ao ano de 2015

Ações propostas:

01. Instalação de descargas econômicas no AFP.

Ação não realizada. Aguardar definições quanto alteração de layout devido ao TRF6.

02. Ampliação da instalação de torneiras com redutores de pressão.

Ação realizada. As torneiras com redutores de pressão foram instaladas nas áreas comuns nos três edifícios da seccional.

03. Capacitação de terceirizados de limpeza e copa - Reciclagem. (Contínua)

Ação realizada. Ações de qualidade de vida e saúde foram promovidas pela Seget e direcionadas exclusivamente aos funcionários terceirizados, com a participação do intérprete de libras, visando à inclusão dos funcionários terceirizados do Contrato N.54/2019, Feneis.

04. Campanha de conscientização sobre uso racional da água – 2ª Etapa. (Prazo: 2020)

Ação realizada. Foi feita campanha para economia de água e de energia.

05. Informar dados de consumo ao corpo funcional. (Contínua)

Ação realizada. Os dados de consumo são inseridos no link da sustentabilidade, disponível na página da internet da SJMG.

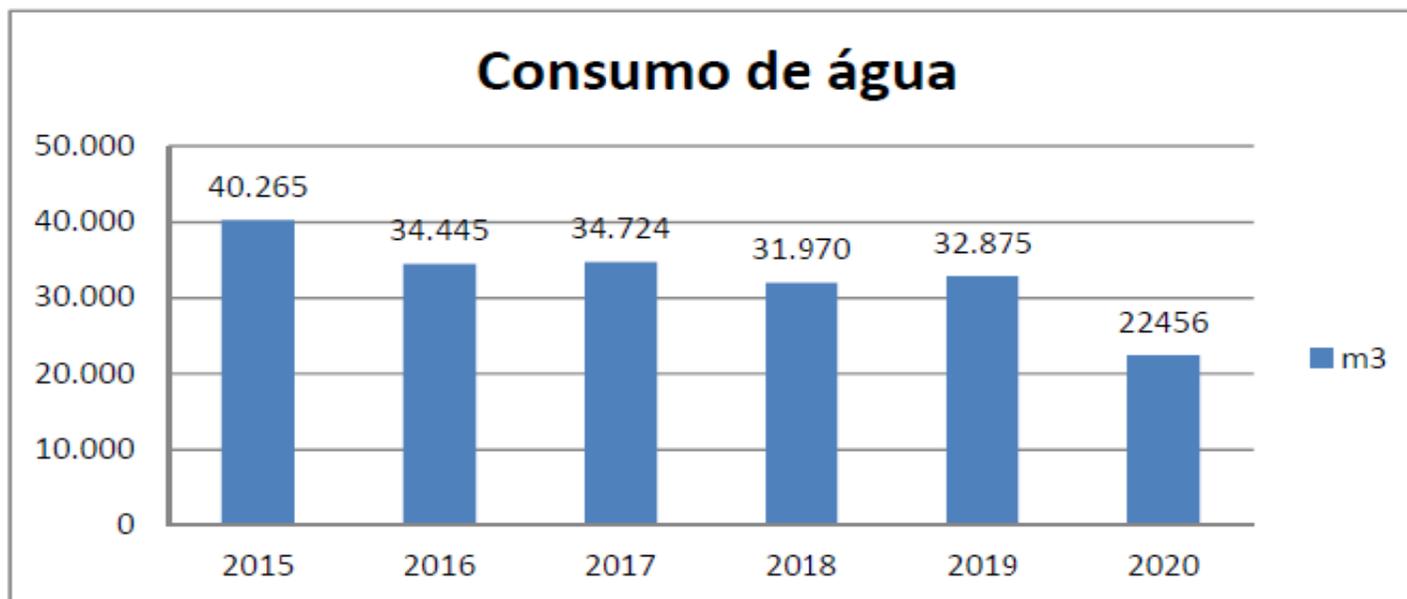
06. Avaliar a possibilidade de implantação de lavagem a seco dos veículos da SJMG em BH. (Prazo: 2020)

Ação não realizada, devido a restrições orçamentárias.

07. Estimular ações de racionalização de água nas Subseções. (Prazo: 2º semestre/2020).

Ação realizada. Ofício foi encaminhado pelo SEI às Subseções com dados de consumo, solicitando medidas para redução de gastos.

Gráficos água e esgoto JFMG 2020:



Análise dos resultados de 2020:

Meta 7 – Alcançada

A meta de 15% de redução do consumo de água até 2020, em relação ao ano de 2015, corresponde a 6.040 m³. A meta foi alcançada em 2020, com uma redução de 44,2% em relação ao consumo de 2015.

O novo cenário da pandemia do novo coronavírus e o teletrabalho para a maioria dos servidores contribuiu para a redução significativa do consumo de água.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Fixar meta de redução de consumo de água nas Subseções Judiciárias, sugerindo ações a serem implementadas.

TEMA 8 – GESTÃO DE RESÍDUOS

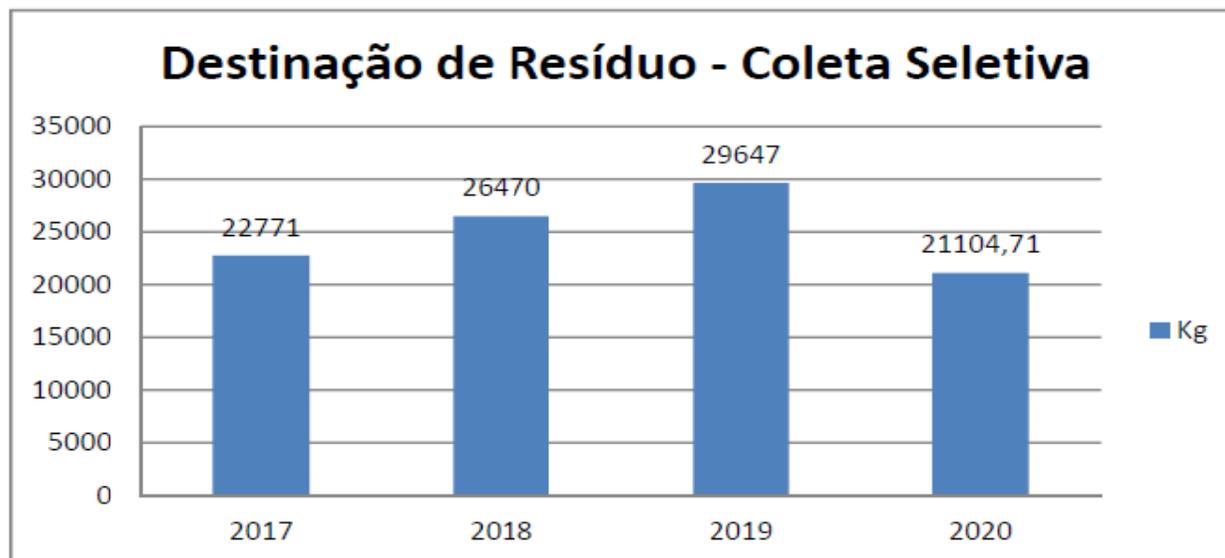
META 8 – Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 20% até 2020, em relação a média dos 4 últimos meses de 2016

Ações propostas:

01. Estimular coleta seletiva nas Subseções. (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. Foi encaminhado às Subseções um e-mail contendo todas as orientações para a implantação da coleta seletiva, tais como modelo de edital de habilitação e termo de compromisso. Além disso, foi enviada lista elaborada pelo Centro Mineiro de Resíduos Sólidos – CMRR com pelo menos o contato de uma cooperativa em cada cidade em que há Justiça Federal em Minas Gerais. Foi definido na reunião que será sugerido à Diref que encaminhe um ofício aos Magistrados das Subseções informando a necessidade de realizar a coleta seletiva e, sendo possível, estabelecer um prazo para implantação.

Gráficos Gestão de Resíduos JFMG 2020:



Análise dos resultados 2020:

Meta 8 – Não Alcançada

A meta de ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 20% até 2020, em relação à média dos 4 últimos meses de 2016, quando a coleta seletiva foi implantada na SJMG, corresponde a 4.680 kg (1.950 Kg média/mês x 12 meses = 23.403). No entanto, como esse valor deverá ser alcançado somente em 2020, dividiu-se por 4 anos, o que nos dá a meta de 1.170 quilos por ano.

Dessa forma, a meta para 2019 (26.913 quilos), foi alcançada, pois foram destinados para a coleta seletiva 29.647 kg.

A distribuição de coletores de papel e etiquetas para identificação dos resíduos, aliada ao treinamento oferecido pela SEMAD aos servidores multiplicadores e aos terceirizados responsáveis pela retirada dos resíduos, contribuiu sobremaneira para o sucesso da coleta seletiva em Belo Horizonte, que teve início no final de 2016.

A quantidade de resíduos destinados vem aumentando a cada ano. No futuro, espera-se que a quantidade de lixo produzido caia, devido a recomendações de não geração e de reaproveitamento. No entanto, ainda há espaço para que o volume destinado aumente, pois há unidades em BH que ainda não aderiram aos coletores, e Subseções que não possuem cooperativa habilitada para recolhimento de recicláveis.

Devido as restrições impostas pela COVID-19, a coleta seletiva no ano de 2020 ficou suspensa por diversos meses, pois os riscos de contaminação dos coletores foram considerados iminentes, bem como o trânsito de servidores ficou restrito nos prédios da JFMG, portanto, o alcance da meta ficou prejudicado em 2020, alcançando-se 90,2% da meta.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Realizar novos treinamentos visando à manutenção e aprimoramento da coleta.

Estimular coleta seletiva nas Subseções.

TEMA 9 – REFORMAS

META 9 – Ampliar para 100% a inclusão de critérios de sustentabilidade nas obras e reformas

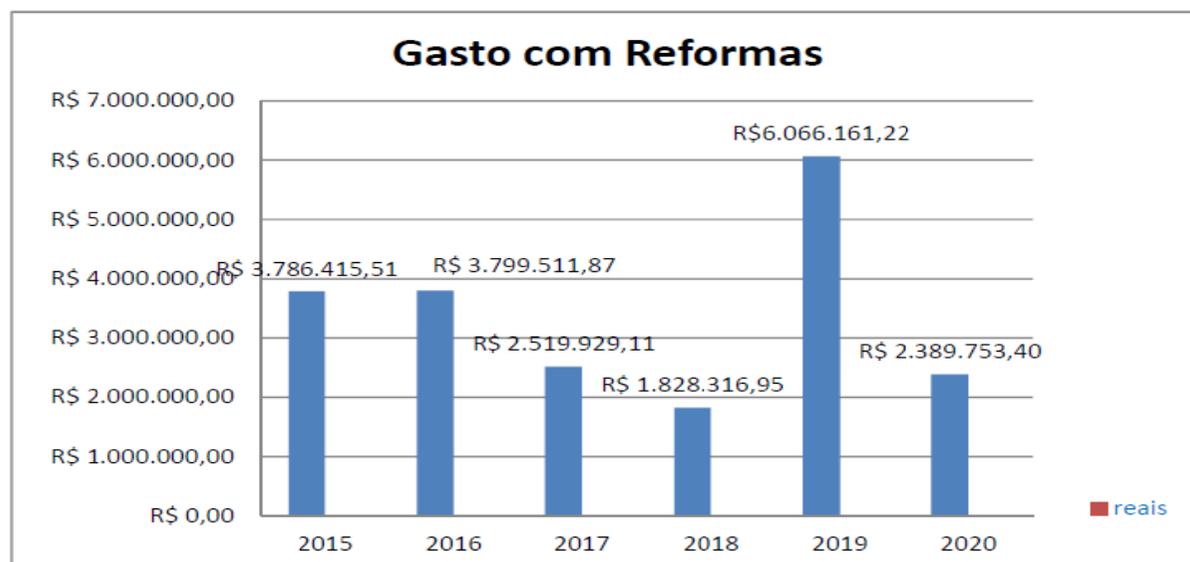
Ações propostas:

01. Incluir critérios de sustentabilidade nas obras e reformas (Prazo: 2020).

Ação realizada. Obras e reformas já estão sendo licitadas com critérios socioambientais, tais como a separação e destinação de resíduos da construção civil, assim como questões de emprego de ex-presidiários, não contratação de menores de idade, segurança e saúde do trabalho, entre outros.

Houve conclusão do projeto de climatização para o edifício ERA, possibilitando a instalação de equipamentos mais econômicos. Há também em desenvolvimento um projeto para Divinópolis com aproveitamento de água pluvial. A Subseção Judiciária de Uberaba instalou sistema de geração de energia solar, porém por problemas com a concessionária, ainda são necessários ajustes na subestação.

Gráfico Reformas JFMG 2020:



Análise do indicador:

Meta 9 – Alcançada

Os critérios socioambientais são observados nas contratações de obras e reformas, tais como: Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05.07.2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19.01.2010.

Houve uma queda em relação aos gastos com reforma, comparativamente aos anos anteriores, tendo em vista as restrições orçamentárias.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Manutenção da inclusão de critérios de sustentabilidade nas obras e reformas.

TEMA 10 – LIMPEZA

META 10 – Manter os gastos atuais com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações

Ações propostas:

01. Revisão dos contratos de terceirização. (Prazo: 2020)

Ação realizada. Os contratos estão sendo revistos tendo em vista o corte orçamentário previsto para o próximo exercício (2020).

02. Capacitação de fiscais de contrato. (Prazo: 2020)

Ação realizada. Foram realizadas ações de capacitação para a capital e interior em 2019, inclusive a disseminação do Programa Gestão à Vista para todos os anexos.

03. Avaliar consumo ideal de insumos para limpeza (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. O Programa Gestão à Vista avaliou os materiais utilizados para os procedimentos de limpeza, inclusive com o emprego de produtos que gastam menos água para realização da limpeza.

04. Verificação das caixas individuais coletoras de papel (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação não realizada. Postergada para 2021.

05. Incluir nos contratos de limpeza a capacitação e sensibilização periódica das equipes de limpeza (Prazo: 2º semestre/2020)

Ação realizada. Os Termos de Referência para a realização de novas licitações de conservação e limpeza possuem essa determinação.

Gráficos Contratos de limpeza JFMG 2020



Elementos de despesa: 339037-02 - Conservação e Limpeza e 339037-05 - Copeiragem

Análise dos resultados de 2020:

Meta 10 – Alcançada

A meta de manter os gastos atuais com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações foi alcançada. Devido à pandemia do Covid-19 e o desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores, bem como os cortes contratuais, houve uma diminuição bem grande em relação a todos os anos.

De 2015 a 2019 percebe-se que o aumento verificado entre os anos se deve às repactuações, ou novas licitações que geraram novos contratos, às vezes com custo maior que o anterior. As repactuações foram realizadas observando-se o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor. O mesmo índice é empregado para atualização dos custos com produtos de limpeza.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Avaliar consumo ideal de insumos para limpeza.

TEMA 11 – VIGILÂNCIA

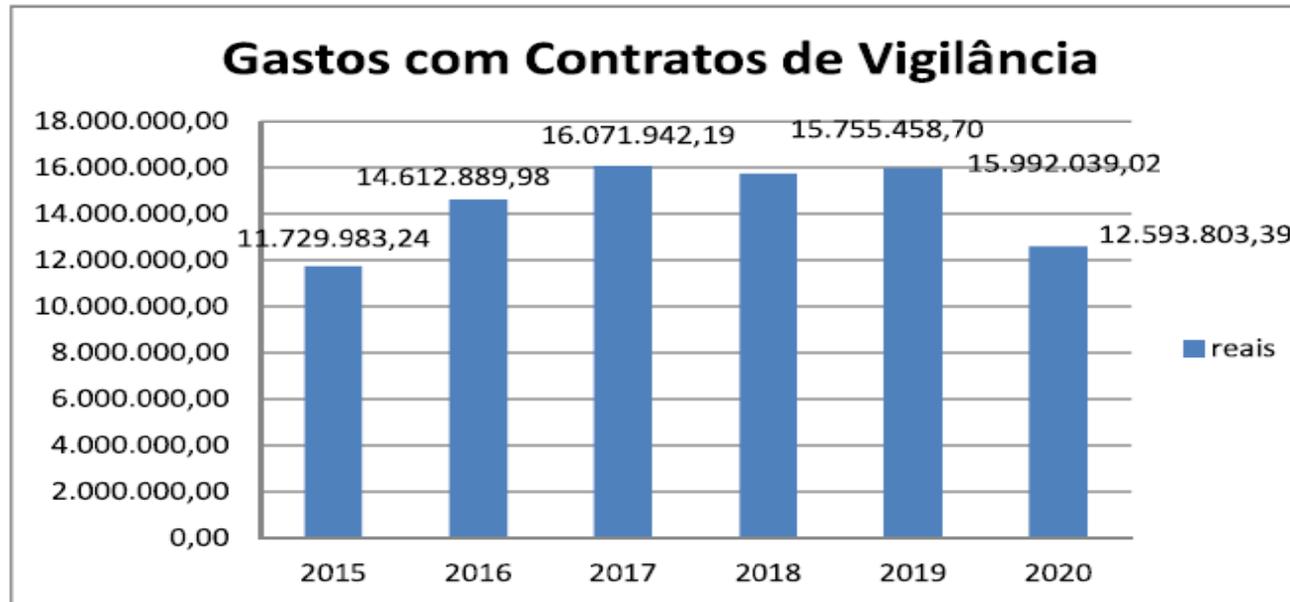
META 11 - Manter os valores atuais do contrato, desconsideradas as repactuações, até 2020

Ações propostas:

01. Reavaliar o escopo dos serviços contratados de vigilância. (Prazo: 2020)

Ação realizada. Os contratos foram revistos tendo em vista o corte orçamentário ocorrido em 2020.

Gráficos Contratos de Vigilância JFMG 2020



Análise dos resultados de 2020:

Meta 11 – Alcançada

A meta de manter os gastos atuais com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações foi alcançada, ocorrendo, inclusive uma diminuição dos gastos em 2020, comparando-se com os anos anteriores (2016 a 2020). Houve cortes contratuais em 2020, devido às restrições orçamentárias previstas para o referido ano, e alguns postos de vigilância foram eliminados.

De 2016 a 2019 verificou-se um aumento entre os anos devido às repactuações, ou novas licitações que geraram novos contratos, às vezes com custo maior que o anterior.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Reavaliação do contrato devido à instalação do sistema de vigilância eletrônico - CFTV.

TEMA 12 – VEÍCULOS

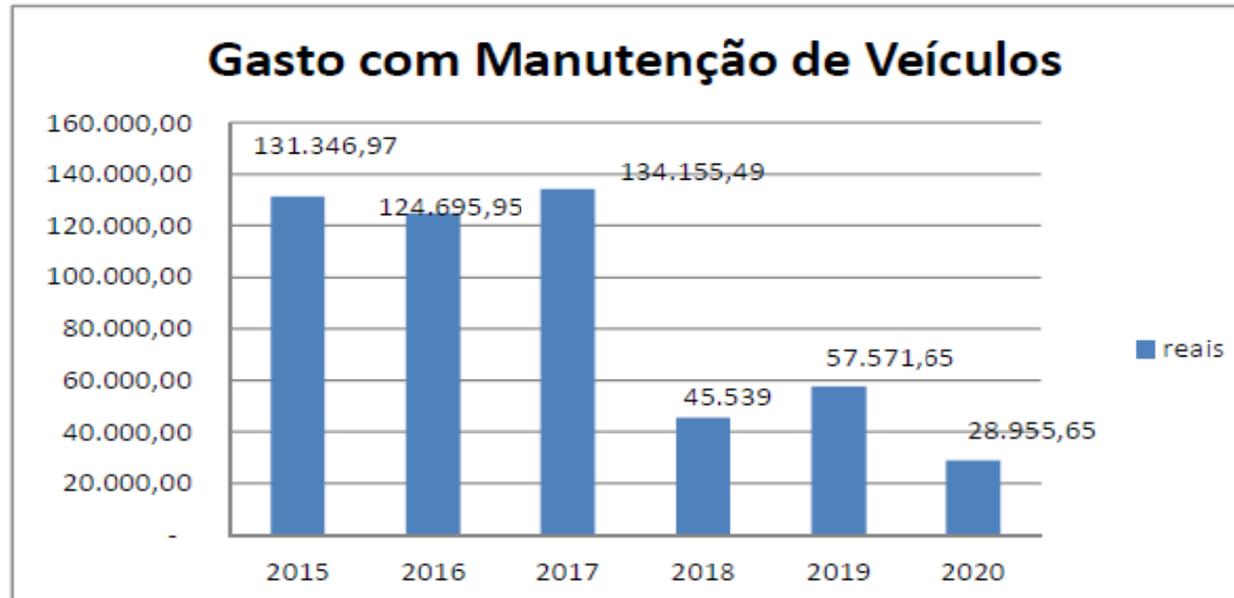
META 12 - Diminuir em 10% o custo com a manutenção dos veículos da JFMG, até 2020, em relação ao ano de 2016

Ações propostas:

01. Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos de combustível. (Prazo: 2020)

Ação realizada. A utilização de veículos de forma compartilhada é realizada, quando possível.

Gráficos quilometragem JFMG 2020:



Análise dos resultados de 2020:

Meta 12 – Alcançada

A meta de diminuir em 10% o custo com a manutenção dos veículos da JFMG, até 2020, em relação ao ano de 2016, corresponde a R\$ 12.469,59.

Em 2019 houve redução de 52% em relação ao ano de 2016 e tal redução de custos com manutenção deveu-se a modificação da sistemática do serviço, priorizando-se a manutenção corretiva em detrimento à preventiva, quando possível.

A referida meta também foi alcançada em 2020, que apresentou uma redução de 76,77% em relação ao ano de 2016, considerando ainda a diminuição no número de viagens em 2020, tendo em vista o advento da pandemia Covid-19, com o consequente desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente:

Aumentar o compartilhamento de carros.

TEMA 13 – COMBUSTÍVEL

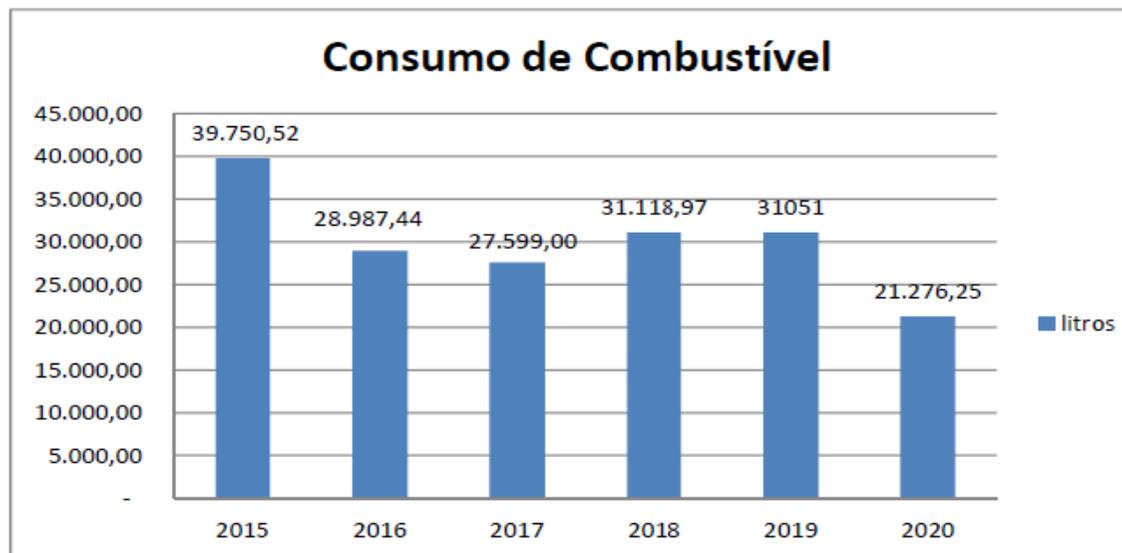
META 13 - Reduzir o consumo em litros em 5% até 2020, em relação a 2016

Ações propostas:

01. Otimizar viagens de serviço com melhor planejamento de forma a reduzir gastos de combustível

Ação realizada. A utilização de veículos de forma compartilhada é realizada, quando possível.

Gráficos Combustível JFMG 2020:



Análise dos resultados de 2020:

Meta 13 – Alcançada

A meta para reduzir o consumo em litros, em 5% até 2020, em relação a 2016, corresponde a 1.449,37 litros. Dessa forma, a meta para 2020 seria 27.538,07. Considerando que em 2020 o consumo foi de 21.276,25, houve uma economia de 26,60% em relação a 2016.

Cabe ressaltar que a partir de março de 2019 a SJMG privilegia o uso de etanol em detrimento do consumo de gasolina, quando o preço do etanol for até 70% do valor da gasolina, atendendo-se as recomendações ambientais.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Manutenção da recomendação de abastecimento com etanol

TEMA 14 – QUALIDADE DE VIDA

META 14 - Ampliar em 10%, em relação ao ano de 2016, a quantidade de participações, até 2020

Ações propostas:

01. Ações ergonômicas (Contínua)

- Promover avaliação *in loco* nos postos de trabalho dos magistrados e servidores para adequação de mobiliário, equipamentos e layouts, fornecendo orientações aos usuários;

Ação realizada.

- Identificação, por unidade, do mobiliário inadequado para futuras destinações e substituições, ou aquisições de novos itens ergonômicos, conforme disponibilidade orçamentária da União.

Ação realizada.

- Estabelecer parceria com a SEFAS para a participação do NUBES nas ações de capacitação promovidas pela Seção, visando à sensibilização do corpo funcional quanto à necessidade de participação nas ações de saúde, do EPS, ergonômicas, entre outras.

Ação realizada.

- Fomentar a ginástica laboral através do suporte aos servidores que atuam como multiplicadores e às varas/núcleos que não contam com a figura do multiplicador, para auxílio na implantação da prática;

Ação realizada. Trata-se de iniciativa contínua. Em 2019 foi realizada palestra para os diretores de varas informando a necessidade das pausas.

- Divulgar a Cartilha de Ergonomia do TRF1;

Ação realizada. Em 2019 foi disponibilizada no Portal da JFMG, o NUBES criou um setorial específico para divulgação de todas as ações de saúde.

- Manter as práticas semanais de meditação e ginástica laboral, para alívio da tensão e estresse no trabalho.

Ação realizada. Trata-se de ação contínua.

02. Atendimento de saúde

- Serviço continuado de atendimento médico a servidores e magistrados para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

Ação realizada. Durante todo o ano é oferecido, de forma continuada, o serviço de atendimento médico a servidores e magistrados, para prestação de informação, orientação e apoio necessários quanto às situações vivenciadas no âmbito do trabalho, da família e do convívio social, direcionado à saúde e bem-estar do usuário.

03. Ações de Saúde

- Ações com foco na promoção da saúde e prevenção de doenças, como vacinação contra a gripe H1N1 dos magistrados e servidores, medição de pressão arterial, ocular, glicose, acuidade visual, IMC (índice de massa corporal), realização da semana do servidor;

Ações realizadas.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO - Não ocorreu a vacinação em 2020.

SEMANA DO SERVIDOR - No período de 26 e 27 de outubro, magistrados e servidores participaram de várias atividades programadas em comemoração à Semana do Servidor Público. A programação abrangeu palestras que foram transmitidas pelo Teams e abordaram os seguintes temas: 1) 'Cuidando de si e dos relacionamentos em tempos de pandemia' e 'Hooponocono: palavra que curam'. Houve também uma aula com um barista para aprender mais sobre o café, bem como para fazer o melhor café na sua casa. Nesta aula foram ensinados os diferentes métodos para extrair o café, quantidade de café, temperatura da água, dentre outras.

- As campanhas são desenvolvidas ao longo do ano com base no calendário nacional de saúde, e são destinadas a todos os servidores e magistrados.

Ações realizadas.

DIA DA MULHER - Em 09 março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher foi realizado um Bate-Papo - "Dress Code: com que roupa eu vou?". A atividade contou com a participação de 32 (trinta e duas) pessoas. Ainda em homenagem às mulheres da Seccional, no dia 09 de março foi realizada a Oficina: Sessão de beleza 3D e auto maquiagem profissional em 5 minutos, pele capa de revista, com a

participação de 23 (vinte e três) pessoas; Spa das mãos, análise capilar e venda de produtos da marca BIOEXTRATUS, com a participação de 10 (dez) pessoas e a Oficina: Detox da pele e maquiagem básica para o dia, com a participação de 07 (sete) pessoas. DIA DO HOMEM, CAMPANHA DO CORAÇÃO, CAMPANHA DO CÂNCER DE PELE - Não houve eventos.

04. Exames Periódicos de Saúde

- Implantação dos exames e consultas nas Subseções Judiciárias de Minas Gerais;

Ação parcialmente realizada. Até julho de 2019, o EPS foi implementado nas Subseções de Ipatinga e Varginha, por apresentarem rede credenciada mínima ao Pró-Social, e em Contagem, pela proximidade à capital mineira. A partir de julho, até que seja analisada pelo TRF1 a inclusão na tabela do EPS de um código para consulta com profissional clínico geral/médico do trabalho, para fins de emissão do respectivo atestado de saúde para o corpo funcional lotado no interior, as emissões das guias e autorizações de EPS para as Subseções Judiciárias de Minas Gerais foram suspensas.

- Disponibilização da médica do trabalho para atendimento ao EPS do corpo funcional lotado nos municípios do interior, com emissão das autorizações e guias de encaminhamento para os exames e consultas de acordo com o sexo, idade e exposição ocupacional, registro dos resultados em prontuário médico eletrônico e emissão do atestado de saúde ocupacional (ASO). A documentação será enviada por malote.

Ação parcialmente realizada. As autorizações e guias são disponibilizadas, no momento, somente para a Subseção Judiciária de Contagem, em decorrência da proximidade à Belo Horizonte.

05. Programa Saúde Bucal em Foco

- Abertura do consultório odontológico da Seccional para a realização de profilaxia em todos os magistrados e servidores interessados, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses entre os atendimentos;

Ação realizada. Trata-se de iniciativa contínua. No entanto, em 2020, devido à pandemia do COVID 19 os atendimentos foram interrompidos por um período.

- Orientar e responder os questionamentos dos usuários quanto aos problemas de causa odontológica.

Ação realizada. Trata-se de iniciativa contínua.

06. Programa Saúde Mental em Foco/EPS

- A ação visa realizar o encaminhamento de pacientes dos Consultórios Assistencial e Odontológico ao Consultório Psicológico, para orientação e encaminhamento para tratamento, caso necessário.

Ação contínua. Em 2019, foi realizada parceria com a SEFAS para treinamentos voltados para o clima organizacional, relações interpessoais, melhoria da comunicação na organização, dentre outras.

07. Incentivo a boas práticas

- Incentivar práticas sustentáveis e colaborativas, reconhecendo e premiando unidades de melhor desempenho dentro da Campanha de Consumo Consciente;

Ação não realizada. Estuda-se a possibilidade de premiar as unidades mais sustentáveis na mesma data em que será entregue o Selo Estratégia em Ação.

- Trocar experiências com outros órgãos para intercâmbio de boas práticas.

Ação realizada. A Justiça Federal realiza a troca de experiência com os órgãos que compõem a Rede Sustenta Minas.

08. Inauguração do Espaço de Bem-Estar e Convivência

- O espaço foi criado na intenção de oferecer aos magistrados e servidores um lugar em que possam cuidar do corpo e da mente, contribuindo, assim, para o equilíbrio psicofísico e para o descanso tão necessário, impactando possivelmente na redução da taxa de absenteísmo decorrente de doenças e demais comorbidades típicas do excesso de trabalho e do estresse profissional.

Ação realizada. Espaço inaugurado e em pleno uso, com a realização de diversas atividades visando à qualidade de vida do servidor.

09. Programa Promoção de Saúde é Lei

- A implantação do Programa visa garantir maior efetividade às ações executadas pelo Núcleo de Bem-Estar Social, através do conhecimento das informações de saúde dos magistrados e servidores;

Ação realizada. Foi feita a análise dos dados de alimentação e saúde mental e ações foram direcionadas para as demandas levantadas.

- Aplicação de questionário de levantamento do perfil de saúde do corpo funcional e planejamento de ações direcionadas ao perfil levantado.

Ação realizada.

10. Programa Aposentadoria em Ação

- Preparar magistrados e servidores públicos federais para a aposentadoria, acolher e trazer os aposentados de volta à Instituição, bem como gerir os conhecimentos existentes na Organização.

Ação parcialmente realizada. Iniciativas foram feitas para acolher e trazer os aposentados de volta à instituição, como confecção de crachás, lista de e-mails para manter a comunicação e realização de passeio. No entanto, a gestão do conhecimento ainda não foi realizada de forma técnica e efetiva, necessitando-se de capacitação e recursos para implantação, o que também envolve o mapeamento de processos com a sua respectiva gestão.

- Criar, no contexto institucional da Seção Judiciária de Minas Gerais, um aparato formal (portarias, procedimentos), social e humanizado, com realização de ações que demonstrem valorização e agradecimento por parte da Instituição aos magistrados e servidores aposentados.

Ação realizada. Portaria foi regulamentada. Os servidores aposentados podem solicitar os crachás de acesso e o diploma de honra ao mérito foi entregue com êxito no fechamento da semana do servidor.

11. Inclusão de pessoas com deficiência

- Manter as políticas de inclusão para pessoas com deficiência. (Prazo: ação contínua)

Ação realizada. Foi elaborado o Protocolo para recebimento de pessoa com deficiência em 2018 e a Cartilha Acessibilidade Para Todos em 2019. Manutenção do contrato de digitação com a Federação de Surdos e Mudos (FENEIS).

12. Projeto Cinco Sentidos

- Projeto que visa parcerias entre instituições sociais e servidores da Justiça Federal, que queiram trabalhar como voluntários.

Ação realizada. Trata-se de ação contínua. Diversas ações continuam a ser realizadas pelos servidores voluntários do programa.

13. Bazar do Desapego

- Evento anual no qual doações são realizadas por servidores. Os produtos arrecadados podem ser adquiridos por outros servidores durante o bazar. A renda é revertida para instituições sociais

Ação realizada. No entanto, em 2020 não ocorreu devido à Pandemia Covid-19.

14. Feira de Sustentabilidade

- Evento que ocorre simultaneamente ao Seminário de Sustentabilidade e visa a exposição de produtos ecologicamente sustentáveis.

Ação realizada anualmente, porém em 2020 não ocorreu.

15. Inclusão de refugiados na contratação de mão de obra terceirizada

- A Empresa contratada para os serviços de conservação e limpeza emprega mão de obra de um projeto existente em Belo Horizonte que auxilia imigrantes

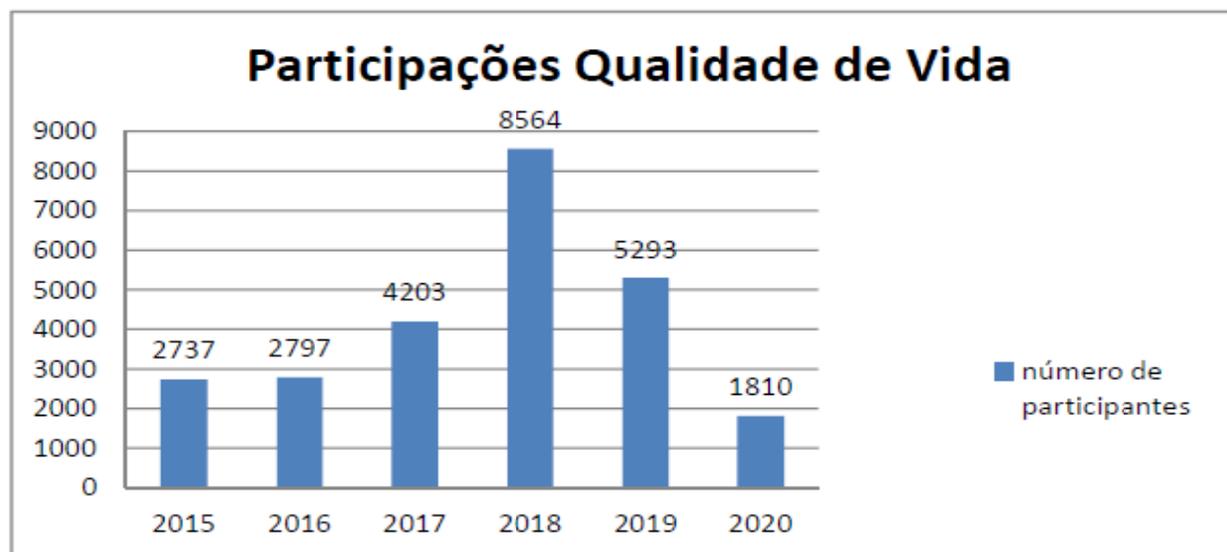
Ação realizada. Foi realizado um Termo de Cooperação entre a JFMG e a contratada responsável pelo serviço de limpeza e conservação, a empresa Máxima Serviços e Obras. Os haitianos faziam parte de um projeto da cidade de Belo Horizonte – Centro Zanmi, instituição sem fins lucrativos.

16. Ampliação do Programa ESAL

- Programa que visa à contratação de estagiários de nível médio que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Ação não realizada. O programa previa em sua portaria de implementação a destinação de 20 vagas para o estágio social. O número chegou a 25, no entanto, devido a restrições orçamentárias, reduziu-se novamente ao quantitativo previsto na implementação.

Gráficos Qualidade de Vida JFMG 2020



Análise dos resultados de 2020:

Meta 14 – Não Alcançada

A meta de ampliar o número de participações em 10% até 2020, em relação a 2016 (2797), corresponde a 280 pessoas. No entanto, como esse valor deverá ser alcançado somente em 2020, dividiu-se por 4 anos, o que nos dá a meta anual de aproximadamente 70 pessoas a mais. Dessa forma, a meta para 2019 seria a quantidade de pessoas capacitadas do ano de 2016 mais 210, o que corresponde a 3007 pessoas. Considerando que em 2019 a quantidade de pessoas capacitadas foi de 5293, a meta foi alcançada.

Devido às restrições impostas pela COVID-19, as participações no Programa Qualidade de Vida ficaram interrompidas por diversos meses, pois os riscos de contaminação dos servidores foram considerados iminentes, bem como o trânsito de servidores nos prédios da JFMG diminuíram quase que em sua totalidade, portanto, o alcance da meta ficou prejudicado em 2020, sendo alcançado 64,8%.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Manutenção das ações em saúde.

TEMA 15 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

META 15 – Ampliar o número de pessoas capacitadas para 20% até 2020, em relação a 2017

Ações propostas:

01. Capacitação Projeto ESAL (prazo: 2020)

Ação realizada. Foram destinadas vagas do II Seminário de Gestão Estratégica e Sustentabilidade da Justiça Federal de Minas Gerais para os estagiários do ESAL. Ação não realizada em 2020.

02. Palestra de Inclusão Social (prazo: 2020)

Ação realizada. A inclusão social foi tema de duas palestras no II Seminário de Planejamento Estratégico e Sustentabilidade: Projeto Cinco Sentidos e Projetos Querubins. A Seção Judiciária lançou em 2019 a cartilha “Acessibilidade para todos” e possui um “Protocolo para recebimento de pessoa com deficiência”. No entanto, não foi repetida em 2020.

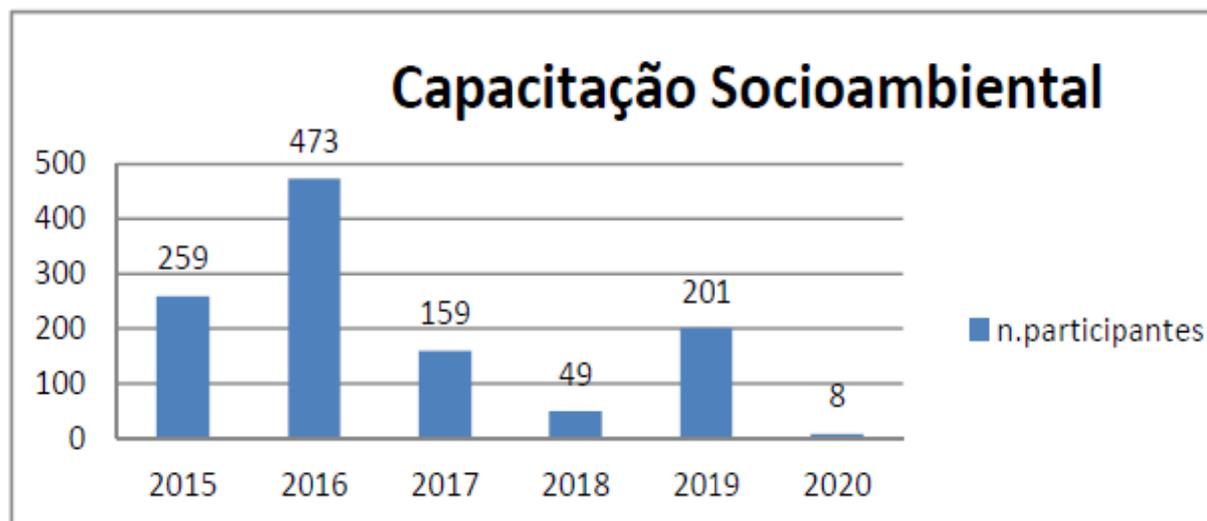
03. Realizar novos treinamentos visando à manutenção e aprimoramento da coleta seletiva (contínuo)

Ação realizada. Foi realizado treinamento em parceria com a SLU no dia 10 de abril de 2019 em duas etapas: manhã para terceirizados e à tarde para os servidores multiplicadores da coleta seletiva. No ano de 2020 não foi realizado novos treinamentos.

04. Seminário de Gestão Estratégica e Sustentabilidade da Justiça Federal de Minas Gerais

Ação Realizada em 2019, não sendo repetida em 2020. Em 22 de novembro de 2019 foi realizado o II Seminário de Gestão Estratégica e Sustentabilidade da Justiça Federal de Minas Gerais. As seguintes palestras foram ministradas: Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - desafios para implementação e seus reflexos no Poder Judiciário - Letícia Guimarães, especialista em Gestão da Sustentabilidade Corporativa; Painel “Boas Práticas no Cumprimento de Metas Estratégicas” - Ariane da Silva Oliveira, juíza federal titular da vara única da Subseção Judiciária de São João Del Rei – Selo Estratégia em Ação Diamante 2019, - Carlos Henrique Borlido Haddad, juiz federal da 3ª Relatoria da 2ª Turma Recursal de Belo Horizonte – Selo Estratégia em Ação Diamante 2019, e vídeo - Tárzis Augusto de Santana Lima, juiz federal titular da 2ª Vara de Governador Valadares – Selo Estratégia em Ação Diamante 2019; Inclusão Social e os resultados alcançados com o Programa ESAL - Magda Coutinho, idealizadora da Associação Querubins; Projeto Cinco Sentidos e a Justiça Federal de Minas Gerais - Cássia Alves dos Santos Dias Ferreira, participante do Projeto 5 Sentidos. Concomitante ao Seminário foi realizada uma feira contendo cosméticos, roupas, livros, e alimentos sustentáveis.

Gráficos Capacitação Socioambiental JFMG 2020



Análise dos resultados de 2020:

Meta 15 – Não alcançada

A meta de ampliar o número de pessoas capacitadas para 20% até 2020, em relação a 2017, corresponde a 32. No entanto, tendo em vista o cenário do novo coronavírus, não foram realizados treinamentos, feiras e seminários em 2020. Dessa forma, o indicador reduziu substancialmente, sendo alcançado em 2020 apenas 5% da meta. Em 2020 foi realizado virtualmente o curso sobre a Elaboração do ETP - Estudo Técnico Preliminar conforme as diretrizes nova IN 40/2020, tendo a participação de 8 servidores apenas.

É necessário o desenvolvimento de novas ações de capacitação com a temática socioambiental na Seção Judiciária de Minas Gerais, principalmente frente a difícil tarefa de mudar a cultura da instituição, pois o tema da sustentabilidade ainda não atinge grande parte do corpo funcional.

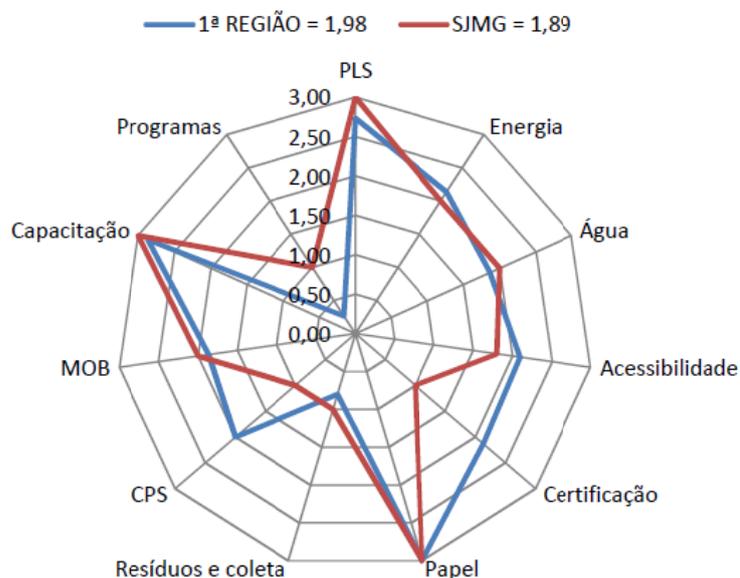
Devido as restrições impostas pela COVID-19, as participações no Programa de Capacitação Socioambiental ficaram interrompidas por diversos meses, pois os riscos de contaminação dos servidores foram considerados iminentes, portanto, o alcance da meta ficou prejudicado em 2020.

Ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente

Seminário de Sustentabilidade.

ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA ADMINSITRAÇÃO – IASA

IASA 2020



O IASA é um índice desenvolvido pelo TCU para avaliar a gestão da sustentabilidade da Administração Pública Federal, abrangendo 11 temas: 1 – PLS – Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS); 2 – Energia – Racionalização no uso de energia elétrica; 3 – Água – Racionalização no uso de água; 4 – Acessibilidade – Atendimento a requisitos de acessibilidade; 5 – Certificação – Certificação de prédios públicos; 6 – Papel – Racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico; 7 – Resíduos e coleta – Gestão de resíduos e coleta seletiva; 8 – CPS – Contratações Públicas sustentáveis; 9 – MOB – Mobilidade e gases de efeito estufa; 10 – Capacitação – Conscientização e capacitação; e 11 – Programas – Adesão a programas de sustentabilidade.

O IASA da Seção Judiciária de Minas Gerais está demonstrado no gráfico abaixo:

	1ª REGIÃO = 1,98	SJMG = 1,89
PLS	2,73	3
Energia	2,13	2
Água	1,87	2
Acessibilidade	2,09	1,8
Certificação	2,13	1
Papel	3,00	3
Resíduos e coleta	0,80	1
CPS	2,00	1
MOB	1,87	2
Capacitação	2,87	3
Programas	0,27	1
IASA TOTAL	1,98	1,89

A SJMG reduziu o IASA de 2,09 em 2019 para 1,89 em 2020. O declínio deveu-se principalmente quanto à Energia (de 3 abaixou para 2), Acessibilidade (abaixou de 2 para 1,8) e MOB (abaixou de 3 para 2).

A SJMG ficou com média semelhante à do TRF 1ª região, com nota inferior somente no tópico de resíduos e coleta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatório apresentado, e a partir das análises realizadas, verifica-se que o desempenho da Justiça Federal de Minas Gerais é bastante promissor. É possível afirmar que a JFMG está pautando sua gestão em critérios socioeconômicos e ambientais, e no princípio da economicidade.

Das 15 metas previstas originalmente no PLS da Seção Judiciária de Minas Gerais três não foram alcançadas:

META 8 - Gestão de Resíduos - Ampliar a reciclagem em 20% até 2020, em relação à média dos 4 últimos meses de 2016.

Meta 14- Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho - Ampliar em 10%, em relação ao ano de 2016, a quantidade de participações, até 2020.

META 15 - Capacitação- Ampliar o número de pessoas capacitadas para 20% até 2020, em relação a 2016.

Cumpra-se observar que as metas não foram atingidas em razão de situação excepcional, qual seja, a Pandemia da Covid-19 e consequente desenvolvimento do teletrabalho pelos servidores a partir de março de 2020 até o final do ano de 2020.

O cumprimento de 100% do Plano de Logística Sustentável é meta do Planejamento Estratégico desde 2018. A Justiça Federal de Minas Gerais cumpriu 80% do PLS em 2020.

As restrições orçamentárias do ano de 2020, bem como o teletrabalho permitiram a economia de vários itens previstos na Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, no entanto, não foi possível a realização de algumas ações que dependiam de verba e de servidores presencialmente trabalhando para sua execução.

O PLS é ferramenta de planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos na administração pública, permitindo uma administração pública cada vez mais eficiente, trabalhando com foco na gestão de custos e racionalização de recursos materiais e naturais.

Com a implantação das ações propostas no PLS espera-se contribuir para uma mudança de cultura na Justiça Federal, pautada pela gestão de custos, consumo consciente, gestão adequada dos resíduos, combate ao desperdício e respeito ao meio ambiente.